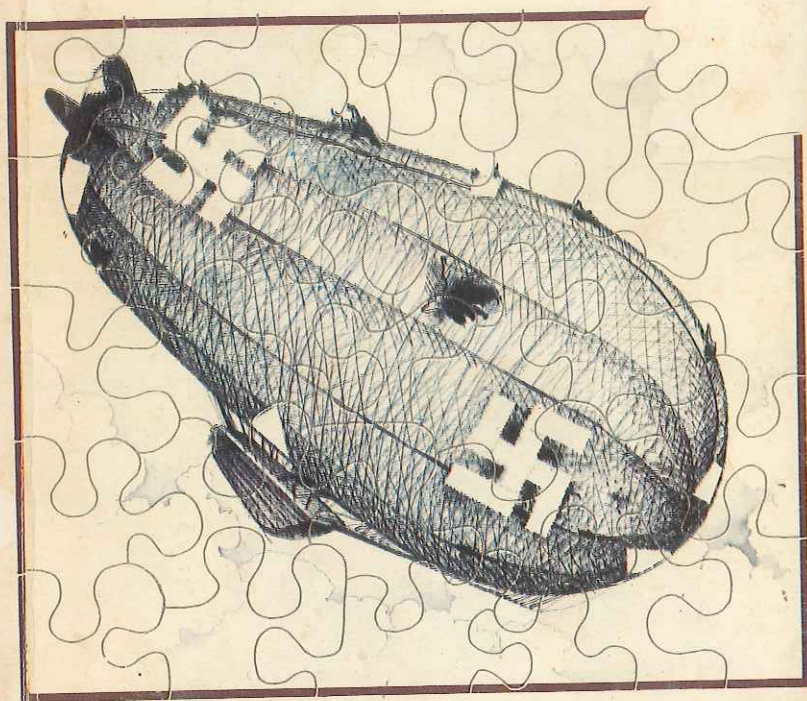

A República de Weimar e a ascensão do nazismo

Angela Mendes de Almeida



tudo é história
58



brasiliense

2ª
edição

Ângela Mendes de Almeida

A REPÚBLICA DE WEIMAR E A ASCENSÃO DO NAZISMO

1.^a edição 1982

2.^a edição

editora brasiliense

DIVIDINDO OPINIÕES MULTIPLICANDO CULTURA

1 9 8 7



Copyright © Ângela Mendes de Almeida

Capa:

123 (antigo 27)

Artistas Gráficos

Revisão:

José W. S. Moraes



editora brasiliense s.a.

rua general jardim, 160

01223 - são paulo - sp

fone (011) 231-1422

telex: 11 33271 DBLM BR

O PAPEL CRUCIAL DA ALEMANHA ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

| | |
|---|-----|
| <i>O papel crucial da Alemanha entre as duas guerras mundiais</i> | 7 |
| <i>A República de Weimar: da revolução à estabilização</i> | 22 |
| <i>O papel da social-democracia</i> | 51 |
| <i>O drama do comunismo alemão</i> | 65 |
| <i>De 1930 a 1933: prelúdio ao nazismo</i> | 94 |
| <i>Indicações para leitura</i> | 117 |



ÍNDICE

SIGLAS

- ADGB — Allgemeiner Deutscher Gewerkschaftsbund (Sindicato Geral Alemão)
- IC — Internacional Comunista
- IKD — Internationale Kommunisten Deutschlands (Comunistas Internacionistas da Alemanha)
- KAPD — Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands (Partido Operário Comunista da Alemanha)
- KPD — Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)
- NEP — Nova Política Econômica
- NSDAP — National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Operário Nacional Socialista Alemão)
- SA — Stürmabteilung (Secção de Assalto)
- SPD — Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata da Alemanha)
- USPD — Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata Independente da Alemanha)

O PAPEL CRUCIAL DA ALEMANHA ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

A Alemanha antes de Weimar

A Alemanha desempenhou um papel fundamental no período entre as duas guerras mundiais (1918-1939) e foi, em certa medida, o epicentro dos dois conflitos. Mas para poder dimensionar essa afirmação é necessário rever as condições anteriores à república de Weimar. Ao final do século XIX a Alemanha havia ultrapassado a França e a Inglaterra com o florescimento de sua indústria, sendo apenas superada pelos Estados Unidos. Entretanto este país se beneficiava, para a obtenção das matérias-primas e a exportação de seus capitais, das relações semicoloniais que começava a estabelecer com a América Latina, subtraindo o continente à influência inglesa

até então preponderante. Quanto à Alemanha, crescia sem colônias. Prejudicada pela partilha colonial da África e da Ásia, a nova burguesia alemã, dirigida politicamente pelos setores militaristas, reclamava da falta de "espaço vital". A isso se juntavam os atritos ainda ferventes entre a Alemanha e o até então país hegemônico na parte ocidental da Europa, a França. É que a derrota humilhante dos franceses na guerra franco-prussiana, em 1871, da qual surgiu o moderno Estado alemão unificado, mantinha ainda acesa a hostilidade entre os dois países e seus respectivos aliados.

Ora, a derrota alemã em 1918, a partir da qual surgiu a república de Weimar, e o tratado de Versalhes, que estabeleceu os termos da paz, mantiveram no essencial essa mesma configuração, chegando mesmo a exacerbá-la, como tentaremos demonstrar. Para apreender as peculiaridades do desenvolvimento histórico da Alemanha entre as duas guerras mundiais, é preciso captar as condições em que o Estado alemão se criou e o país se tornou o mais industrializado da Europa.

A tentativa da burguesia alemã, durante a vaga revolucionária que sacudiu a Europa em 1848, de impor um Estado democrático-parlamentar através do "Parlamento de Frankfurt", e de unificar a Alemanha, havia fracassado rotundamente. Como em toda a Europa, a vaga refluíu e o continente voltou à normalidade. Mas na década de 1850 a região alemã conheceu um poderoso fluxo de expansão industrial, centrado no reino da Prússia, mas presente também

nos pequenos principados e cidades livres que em seguida viriam a conformar o Estado alemão. É assim que, fortalecida economicamente, a região encontraria as condições históricas para a sua unificação num Estado nacional. Só que, ao invés de ser fruto de uma luta liberal e democrática, ela seria conduzida militarmente pelo ministro do rei da Prússia, Bismarck. De 1862 a 1871 a Prússia anexou principados e cidades livres, e através de três guerras — sucessivamente contra a Dinamarca, a Áustria-Hungria e a França (1870-1871) — constituiu o primeiro império alemão (*Reich*), sob a forma de uma confederação onde os prussianos eram amplamente hegemônicos. Em seguida à queda de Bismarck, em 1890, a Alemanha conheceu um novo e poderoso surto industrial que terminou por concluir a transformação total do perfil econômico e social do país.

A rápida industrialização da Alemanha durante a segunda metade do século XIX teve importantes repercussões para o país. A sua população aumentou vertiginosamente, passando de 41 milhões em 1871 a 49 milhões em 1890 e a 67 milhões em 1914. O crescimento da população e o aumento do peso da indústria acarretaram a formação de uma classe operária numericamente compacta e concentrada em indústrias então modernas, nos ramos da siderurgia, química e eletrônica. Paralelamente deu-se um processo de urbanização de grande envergadura: enquanto que em 1841 apenas 1/3 dos alemães vivia nas cidades, em 1910 eram já 2/3 os que habitavam nelas. A população de Berlim, por exemplo, passou

de 700 mil habitantes em 1867 para 4 milhões em 1913. Essa urbanização correspondia a um impressionante aumento numérico da classe operária em relação ao conjunto da população: em 1907, 44,3% eram operários e cerca de 68% eram constituídos de assalariados, incluindo os comerciários e os empregados em serviços.

Mas a força que a classe operária adquiriu, sob a liderança do Partido Social-democrata Alemão (SPD), durante as últimas décadas do século XIX até 1914, foi fruto de conquistas econômicas e sociais, e conseqüentemente também políticas. Durante todo esse período de expansão os salários reais tiveram um aumento rápido: no fim do século eles tinham subido 1/3 em relação ao salário-base de 1860; em seguida se estabilizaram. Outras vantagens foram obtidas, inclusive a redução da jornada de trabalho, que, de 12 horas em 1870, passou a 10 horas em 1914.

Ao nível político os operários lutavam dentro de um terreno jurídico de caráter peculiar, já que em nenhum país tão altamente industrializado havia uma tamanha coexistência entre legislações específicas tipicamente aristocráticas e discriminadoras em termos de classe, e outras de caráter democrático-liberal. O Primeiro *Reich* era uma federação formada por 25 estados, mas 50% da população residia na Prússia. Cada estado tinha o seu sistema eleitoral específico e elegia um parlamento, o *Landtag*. O da Prússia, por exemplo, era eleito ainda por um sistema de "classes" estabelecido conforme o montante de bens de cada eleitor. Ao nível do *Reich* o poder

legislativo era exercido pelo *Bundesrat*, com representantes eleitos pelo parlamento de cada um dos 25 estados, e pelo *Reichstag*, eleito por sufrágio universal e proporcional. Mas o *Reichstag* estava abaixo do *Bundesrat*, não podia propor leis, votar contra o órgão federativo ou derrubar o primeiro-ministro, o qual era responsável apenas face ao imperador. Portanto, através do *Bundesrat*, o *Landtag* da Prússia dominava a Alemanha.

Assim coexistiam a discriminação explícita de classes ao nível de vários sistemas eleitorais estaduais, bem como ao nível do exército, o que afetava uma grande maioria da população jovem, com o sufrágio universal ao nível federal; as leis contra os partidos operários (o partido social-democrata era praticamente o único) eram paralelas a uma ampla liberdade de expressão. Valendo-se do crescimento econômico que beneficiou a classe operária e das décadas de estabilidade que antecederam a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os social-democratas souberam extrair reais conquistas da burguesia. Em contrapartida, reconhecendo explicitamente o papel de protagonista social exercido pela classe operária, as classes dominantes tentaram desde cedo imbuí-la de sentimentos nacionalistas, persuadi-la de que ela era, antes de tudo, parte integrante do *Reich*. Essa operação ideológica, aliás comum nesse período a outros países europeus, fincou profundas raízes na massa e conquistou o coração da liderança social-democrata, como ficaria claro a partir de 1914.

Os efeitos do Tratado de Versalhes

A história dos manuais escolares nos ensina que a Primeira Guerra Mundial foi desencadeada pelo assassinato em Serajevo, em junho de 1914, do príncipe herdeiro austríaco Francisco-Ferdinando, por um estudante da Bósnia, então anexada à Áustria-Hungria. Mas esse fato foi quase que um pretexto para uma guerra cuja eclosão era inevitável. Dois problemas de fundo levavam a isso. De um lado, a expansão industrial alemã que se debatia contra o rígido controle colonial do Terceiro Mundo exercido sobretudo pela Inglaterra e pela França. De outro, o problema das nacionalidades oprimidas, particularmente agudo na Polônia e na região dos Bálcãs, e que ameaçava derrubar as fronteiras de vários impérios históricos como o austro-húngaro e o russo. No centro da confrontação achavam-se, de um lado, a França e seu principal aliado, a Rússia dos czares, e de outro, a Alemanha e a Áustria-Hungria.

Após quatro anos de uma guerra feroz e de um morticínio como o mundo não havia até então visto, a Europa foi levada a importantes transformações: o histórico império austro-húngaro desapareceu, dando lugar ao surgimento de vários Estados entre a Alemanha e a Rússia, enquanto que o também histórico império russo foi derrubado pela primeira revolução proletária vitoriosa. Quanto à Alemanha, a sua derrota foi fragorosa. Paradoxalmente ela levou não apenas à continuidade dos mesmos problemas en-

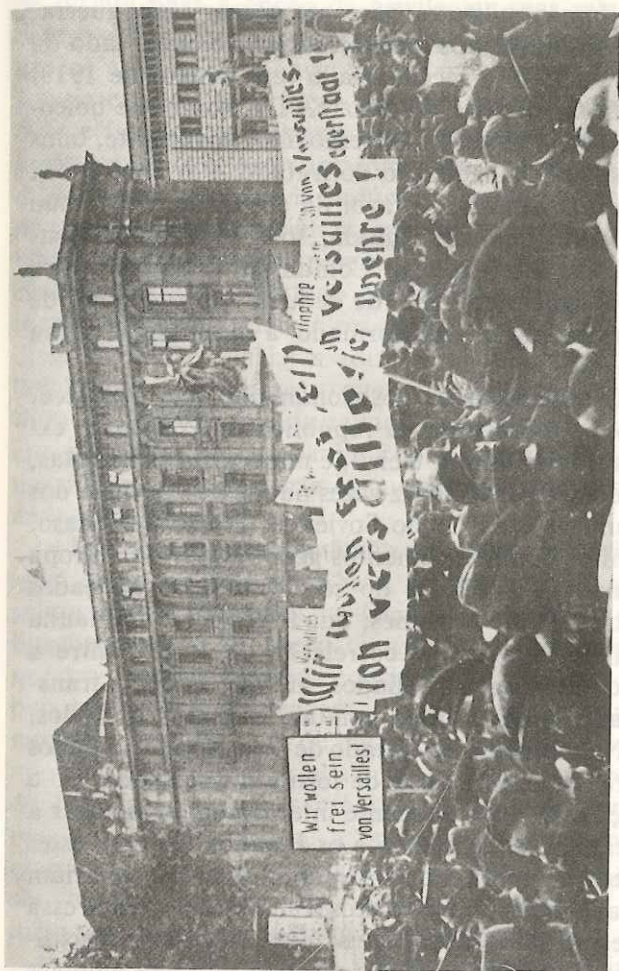
frentados anteriormente por aquele país, como à sua agudização. O tratado de Versalhes selou as condições impostas pelos vencedores aos alemães.

A conferência de paz iniciada em Paris, em janeiro de 1919, e sem a presença dos países derrotados, terminou por produzir um documento destinado a humilhar e arrasar a Alemanha. Esse texto foi entregue aos alemães em maio, com um prazo de 15 dias para a resposta. Tratava-se na verdade daquilo que eles chamaram de *Diktat*, onde ficavam evidentes os anseios de revanche da França, derrotada pela Alemanha em 1871. Os aliados exigiam a entrega dos poucos territórios coloniais que a Alemanha possuía (Togo, Camerum e Sudeste africano) e de várias fatias do próprio território alemão: a Alsácia-Lorena, parte do Schleswig, uma saída para o mar para a nova Polônia através do chamado “corredor de Dantzig” (hoje Gdansk), que cortava o país em duas partes, e um trecho da Baixa-Silésia, que viria a integrar a nova Tcheco-Eslováquia; tudo num total de 1/8 do território alemão de 1/10 de sua população. Exigiam ainda a desmilitarização da margem esquerda do rio Reno, na fronteira oeste, a redução do exército a oficiais de carreira em um número não superior a 100 mil homens, a redução drástica do armamento, a quase destruição da marinha, a dissolução do Estado-Maior do exército, o direito de julgar alguns “responsáveis pela guerra”, a proibição do *Anschluss* — unificação voluntária da Alemanha e da Áustria — e, por fim, a fixação de pesadas somas a serem estabelecidas em dinheiro e

matérias-primas, como reparações de guerra.

O texto provocou um intenso impacto na Alemanha, e foi objeto de grande controvérsia na recém-eleita Assembléia Constituinte, que trabalhava justamente na pequena cidade de Weimar, na Turíngia. Diante da imposição, o texto foi finalmente aprovado em junho de 1919, por 237 votos contra 138, e assinado simbolicamente no palácio de Versalhes, no mesmo local onde em 1871 a França havia assinado a sua rendição.

No entanto o tratado de Versalhes iria, senão determinar, ao menos condicionar de forma importante toda a vida da república de Weimar, sua história, bem como as condições que permitiram o ascenso do nazismo em 1933. A posição dos partidos políticos é, a esse respeito, ilustrativa. A direita parlamentar — o Partido Nacional Alemão, o Partido Popular Alemão e os democratas — votou contra. Os partidos do centro e da esquerda — o centro católico, o Partido Social-democrata Alemão (SPD) e o recém-criado Partido Social-democrata Alemão Independente (USPD) — votaram a favor, embora não sem grandes hesitações. Fora do âmbito parlamentar opuseram-se rigidamente ao tratado os oficiais de extrema direita, pertencentes aos “corpos francos”, tropas irregulares criadas a partir de novembro de 1918, durante os meses de revolução, para combater os operários na Alemanha e o exército vermelho na frente oriental. Mas o general Groener, então comandante supremo do exército, juntamente com Hindenburg, consciente de que a Alemanha não



Manifestação contra o Tratado de Versalhes em Berlim. Nas faixas pode-se ler: "Versalhes é nossa desonra".

tinha forças militares para recomeçar uma guerra, impôs a solução aos recalcitrantes. No outro lado do leque político, o recém-criado (em janeiro de 1919) Partido Comunista Alemão (KPD), que havia boicotado as eleições para a Assembléia Constituinte, também se opôs à aceitação do tratado. Por essa época Lenin manifestou-se a favor da aceitação, o que não o impediu, logo em seguida, sobretudo no II Congresso da Internacional Comunista realizado entre julho e agosto de 1920, de deduzir que o tratado de Versalhes havia transformado a Alemanha numa "colônia".

O sentido desse posicionamento não é ilógico. Ao longo da história da república de Weimar a extrema direita militar e civil, e mais tarde os nazistas, se encontrariam muitas vezes na mesma posição dos comunistas e da União Soviética. E não por acaso. Foram os condicionamentos geopolíticos da Europa continental, herdados do século XIX, e aguçados pelo tratado de Versalhes, que fizeram da Alemanha o fiel da balança da correlação de forças entre a União Soviética e os aliados, até que Hitler a transformasse num inimigo comum a ambos os lados.

No momento do tratado de Versalhes, os aliados encaravam a Alemanha de forma diferenciada. Só a França estava efetivamente interessada em arrasar a Alemanha. A Inglaterra e os Estados Unidos, estes apostando ainda no isolamento político, queriam apenas evitar maiores atritos com a França. Mas essa concessão lhes custou caro, pois empurrou decididamente uma larga faixa de setores políticos alemães

de direita para a opção de privilegiar suas relações com a União Soviética. Desde os tempos monárquicos a Alemanha havia sido o país com o qual a Rússia czarista mais havia mantido relações comerciais e financeiras. Assim os setores mais conservadores e mais ligados ao antigo regime, representantes da indústria pesada, da indústria de armamentos e do próprio exército viram na orientação em direção à União Soviética uma maneira cômoda de ludibriar certas cláusulas do tratado de Versalhes, particularmente no que se refere à produção de armas. Além disso os futuros nazistas admiravam a "garra" dos bolcheviques, admiração que se manifestou sobretudo em 1920, diante da capacidade militar do exército vermelho na campanha contra a Polônia, país nascido em grande parte às custas das sanções aplicadas à Alemanha.

Mas a esquerda alemã não comunista se posicionava de outra forma. O SPD era um partido com sólidas raízes plantadas no Ocidente, derivadas das ligações com a II Internacional. Seus dirigentes e quadros sempre haviam considerado a Rússia um país reacionário e selvagem, e este foi um dos argumentos que utilizaram de início para justificar o seu apoio ao governo imperial alemão, quando em agosto de 1914 aprovaram os créditos de guerra. Com a revolução bolchevique e a oposição dos mencheviques e da maioria dos socialistas revolucionários russos, o SPD não teve dificuldades em transferir seu juízo negativo para o governo comunista russo.

Do ponto de vista da União Soviética os inte-

resses também convergiam para um privilegiamento da Alemanha. A partir do fim da guerra civil, no final de 1920, os bolcheviques constataram que era vital romper o isolamento comercial e diplomático em que se encontravam, enquanto, pensavam então eles, a revolução proletária não se estendia a toda a Europa. Seus primeiros esforços tiveram como resultado um acordo assinado com os ingleses, em março de 1921. Mas as relações não prosperaram. França e Estados Unidos permaneciam irredutivelmente hostis a qualquer contacto com os soviéticos. A partir de 1922, entretanto, os bolcheviques passaram a intervir segundo um plano preconcebido, visando impedir que a Alemanha entrasse em acordo com os aliados, ou, por outras palavras, e tal como por seu lado o fazia a extrema direita alemã, “mantendo acesa a ira contra Versalhes”. É nessa conjuntura que as observações que Lenin e outros vinham fazendo ganharam o estatuto de guia teórico para a prática. Desde 1920 Lenin havia dito da Alemanha que “esse país, atado pelo tratado de Versalhes, encontra-se em condições que o impedem de existir, e naturalmente o orientam para uma aliança com a Rússia” (*Obras completas*, vol. XXVI, Edições de Moscou em francês). Dentro desse esquema os diplomatas russos Chicherin, Krasin, Joffe e Rakowski levaram a cabo uma ousada operação: durante a conferência econômica de Gênova, em abril de 1922, os russos conseguiram “retirar” a delegação alemã do conclave, e na vizinha cidade de Rapallo levá-la a assinar um acordo que iniciou frutíferas relações entre os dois países. Atra-

vés dele a URSS abdicava do seu direito, estabelecido pela cláusula 116 do tratado de Versalhes, de solicitar reparações à Alemanha, e esta propiciava ajuda tecnológica, ao mesmo tempo produzindo em território russo certa quantidade de armas que o tratado de paz lhe proibia.

Ora, foram os partidos alemães de direita os que mais defenderam o acordo. O SPD e o USPD criticaram duramente no parlamento a atitude da delegação alemã, enquanto Frölich, representante do KPD (já agora participando das atividades parlamentares), ficou bastante perplexo. Mas a perplexidade dos comunistas alemães, como se verá adiante, viria a ceder passo, em diversos momentos, a uma teorização do caráter excepcional e “revolucionário” da burguesia alemã, colonizada e portanto podendo ser apoiada em sua “luta de libertação nacional”. Foram considerações desse tipo que produziram, em momentos determinados, a convergência da extrema direita e dos comunistas na Alemanha.

Berlim, o epicentro das relações internacionais

De posse desses dados é possível argumentar como e por que a Alemanha ocupou um lugar central entre as duas guerras mundiais. Do ponto de vista do movimento operário, todos os olhos estavam colocados sobre o desenvolvimento desse país. O peso

social e político da classe operária com suas poderosas organizações sindicais, seus partidos, a tradição marxista disseminada pelo trabalho de educação desenvolvido pela social-democracia durante décadas de paz social, faziam com que a Alemanha estivesse no centro das atenções. Para os bolcheviques, esses elementos levavam a esperar que a Alemanha viesse a ser o motor da revolução proletária mundial. Nos primeiros dois ou três anos eles só admitiam a hipótese de sobrevivência da URSS no caso de extensão da revolução. Passadas as expectativas eufóricas em relação à revolução mundial, ficou entretanto a esperança na força da classe operária alemã. A Alemanha, com o aborto das suas sucessivas revoluções, passou a ser também para os comunistas, como veremos adiante, o terreno de verificação da "traição" da social-democracia e, mais tarde, da sua "fascistização".

Para a social-democracia mais tradicional, a Alemanha continuava sendo, como antes de 1914, o terreno onde se poderia melhor demonstrar que através do voto e sem uma revolução violenta, à qual se seguiria uma ditadura como a comunista, a classe operária poderia obter reais conquistas, e caminhar lentamente para o socialismo. Todas as outras tendências políticas, sobretudo as que sucessivamente foram rompendo com o comunismo oficial, também esperavam muito da classe operária alemã.

Mas o jogo dos diversos partidos e forças políticas, como se verificará ao longo desta exposição, conduziu a classe ao imobilismo em face da ascensão do nazismo. Este foi um resultado quase que direto

das condições criadas pelo tratado de Versalhes, face à crise de 1929 e às condições específicas do desenvolvimento do capitalismo alemão. A falta de "espaço vital", a que se acrescentou o tema da anulação do injusto tratado de Versalhes, foram as molas populares nas quais Hitler se apoiou para ganhar as massas. Desde o primeiro dia de governo nazista estava assinada a pena de morte para o movimento operário, cujas organizações seriam pulverizadas, e iniciado o caminho em direção à Segunda Guerra Mundial. Hitler foi por partes, primeiro remilitarizando a margem esquerda do Reno, depois ajudando na intervenção de Mussolini na guerra da Espanha, em seguida decretando pela força das armas o *Anschluss* com a Áustria, e por fim exigindo territórios da Tcheco-Eslováquia, até invadir a Polônia em setembro de 1939.

Tanto durante a república de Weimar quanto durante o Terceiro *Reich*, o conflito latente entre os soviéticos e os países imperialistas se manifestou pela tentativa de cada uma das partes de usar a Alemanha, jogando-a contra a outra.

Essas as condições que fizeram a Alemanha cair na armadilha do fascismo, o que levou à liquidação total da força acumulada pelo movimento operário durante decênios.



A REPÚBLICA DE WEIMAR: DA REVOLUÇÃO À ESTABILIZAÇÃO

A oposição à guerra e a derrota militar

A guerra, com suas destruições e mortes, começava decididamente a cansar os vários países beligerantes. Na Alemanha a desaprovação a ela tinha, ao final de 1916, ganho não apenas a “esquerda radical” — o grupo de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht —, mas também o primeiro grupo revisionista, o de Bernstein e o grupo que até então era conhecido como “marxista ortodoxo”, com Kautsky e sindicalistas como Dittmann e Haase. Esse conjunto de oposições decidiu formular, em janeiro de 1917, um documento inequívoco contra a continuidade da guerra. Porém, agindo burocrática, autoritária e expeditivamente, a direção do Partido Social-democrata Alemão (SPD), liderada por Friedrich Ebert e

Phillip Scheidemann, expulsou todos em bloco e sem discussão. Daí surgiu, em abril, o Partido Social-democrata Independente (USPD). A então "Liga Spartacus", de Rosa e Liebknecht, passou a ser nessa época uma das tendências dentro do novo partido.

Essa cisão dentro da maior organização operária alemã constituía um abalo na solidez aparente da vida política. A ela se acrescentou, no início de 1917, um impasse na situação militar da Alemanha. Para superá-lo o Alto Comando pressionou e obteve do governo que o país se lançasse à guerra submarina total. A primeira consequência direta dessa iniciativa foi a entrada dos Estados Unidos na guerra, em abril, o que tendia a levar a Alemanha outra vez ao impasse. Por isso o efeito da revolução russa de fevereiro foi o de acentuar um sentimento de derrota e insatisfação nas tropas e na população. Como produto da generalização desse sentimento surgiu, em julho desse ano, todo um leque de setores políticos que começava a pressentir que a guerra submarina estava fadada ao fracasso e que era preciso conseguir uma paz negociada. Expressão desse sentimento foi o discurso pronunciado pelo deputado do centro católico, Mathias Erzberger, pedindo "uma paz sem anexações e sem reparações". Seu discurso deu lugar, em julho, à votação de uma resolução nesse sentido, aprovada no parlamento por 212 votos contra 126 e 17 abstenções.

Com ela surgia uma oposição burguesa forte, à qual estavam integrados os social-democratas e os "independentes". Com ela desapareciam também as

razões que seis meses antes haviam determinado que a direção do SPD — os agora chamados “majoritários” — expulsasse em bloco as oposições que viriam a constituir o USPD. Mas os resultados políticos dessa resolução foram de início nulos. O então primeiro-ministro — Bethmann-Hollheweg —, simpático a ela, foi deposto e o Alto Comando Militar passou a governar através sucessivamente de dois ministros fantoches, Michaelis e Hertling.

Entretanto os generais alemães ganharam um novo alento com a proposta de paz feita pelos bolcheviques, que haviam tomado o poder em novembro. Realizadas em Brest-Litovski, as conversações tiveram início em dezembro. A delegação alemã, chefiada pelo general Hoffmann, fingiu num primeiro momento aceitar a proposta de paz sem anexações, feita pelo chefe da delegação russa, Trotsky. Mas em janeiro de 1918 os alemães mudaram o tom e fizeram pesadas exigências que foram polemicamente discutidas na União Soviética. Finalmente em março, e já agora em piores condições, os bolcheviques tiveram de ceder.

Na Alemanha o conhecimento das exigências e o descontentamento diante da lentidão das negociações levaram ao primeiro grande movimento grevista durante a guerra: entre janeiro e fevereiro cerca de um milhão de trabalhadores entraram em greve. Mas a repressão brutal do exército e a pressão dos sindicalistas do SPD conduziram-na ao fim. Logo em seguida às greves, e concluída a paz de Brest-Litovski, os generais Ludendorff e Hindenburg encon-

travam-se aparentemente no auge do seu poderio e uma faixa da população ainda apoiava seu esforço de guerra. Subitamente, no entanto, por volta de agosto, a situação militar alemã começou a deteriorar-se mesmo aos olhos dos mais eufóricos generais, a paz com os russos não tendo sido compensada por causa da entrada dos americanos na guerra. Em fins de setembro Ludendorff e Hindenburg tiveram de informar que o exército alemão não estava mais em condições de assegurar as fronteiras do país. Os políticos e o povo descobriram então que a guerra já estava perdida há alguns meses e que este fato lhes havia sido ocultado. Ludendorff viu-se obrigado a substituir Hertling pelo príncipe Max de Bade, e a confiar-lhe poderes para formar o novo governo com os partidos que um ano antes haviam votado a resolução de paz. Dois social-democratas "majoritários" foram incluídos no governo: Scheidemann e Bauer. Ao mesmo tempo respondeu-se ao presidente americano Wilson, aceitando os "14 pontos" da proposta de paz que ele havia enunciado. Erzberger foi nomeado chefe da delegação que deveria negociar a paz. Mas os acontecimentos se precipitaram: em 28 de outubro chegavam as primeiras notícias da sublevação das equipagens da frota marítima alemã.

A revolução de novembro de 1918

Assim a iniciativa da oposição burguesa, descartada durante um ano pelos generais reacionários,

quando aceita caiu num vazio: o processo social real já havia evoluído. Agora tratava-se de uma revolução.

Entre o primeiro dia de agitação das equipagens e o dia da queda do regime imperial e da proclamação da república, passou pouco tempo. O movimento teve início nas cidades costeiras como Wilhelmshaven, Kiel e Hamburgo, estendendo-se depois para o interior. Partiu dos marinheiros o brado de rebeldia contra a ordem de retornar à guerra. Lembrando-se dos motins de 1917, eles logo procuraram apoiar-se nos operários das cidades vizinhas. Rapidamente o movimento se generalizou, com a criação de conselhos de operários e soldados, com uma força espontânea e irresistível.

Dentro do USPD Liebknecht, da Liga Spartacus, e R. Müller, representante da tendência dos "delegados revolucionários", defendiam naquele momento a palavra de ordem de greve geral e insurreição, enquanto outros dirigentes mais moderados, como Haase, tentavam resistir. Mas o *élan* das massas era de tal forma imponente que mesmo os social-democratas majoritários compreenderam a inutilidade de se opor a ele. Pelo contrário eles optaram por tentar controlá-lo e integrá-lo num modelo de Estado aceitável para a burguesia.

Em 9 de novembro a situação era insustentável. O próprio SPD tomou então a iniciativa de convidar o USPD para formar um novo governo, e lançou a palavra de ordem de greve geral e insurreição pela queda da monarquia. Max de Bade anunciou por sua

conta a abdicação do imperador, demitiu-se e indicou Ebert para primeiro-ministro. No meio dessa confusão a república era proclamada simultaneamente por Scheidemann (contra a opinião de Ebert, que queria conservar o regime monárquico) e por Liebknecht, que a proclamava como “República Socialista Livre”. No dia seguinte estava formado o “Governo dos Seis Comissários do Povo”, composto por Ebert, Scheidemann e Landsberg pelo SPD e Haase, Dittmann e Barth pelo USPD. Os social-democratas gostariam de ter incluído os outros partidos burgueses que haviam votado a resolução de paz, mas o USPD vetou. Dentro deste partido também havia fortes resistências à participação de Liebknecht, Müller e Ledebour no governo. Liebknecht queria impor ao SPD condições inaceitáveis para o partido, como o caráter socialista da república e o poder para os conselhos, questões que os social-democratas hipotecavam formalmente à decisão de uma Assembléia Constituinte a ser eleita. Finalmente um documento com concessões mútuas levou as duas partes a um acordo. Assim se iniciava um curto período revolucionário que deveria durar poucos meses, e que chegaria cedo à fase de “normalização”.

Em 10 de novembro realizou-se a Assembléia de delegados dos conselhos de operários e de soldados de Berlim, que confirmou o seu apoio ao governo dos seis comissários do povo. Dias mais tarde outro acontecimento viria também contribuir para esfriar o *élan* revolucionário: em 15 de novembro os sindicatos, liderados pelo SPD, e os representantes patronais, como

Stinnes, Siemens e outros, firmaram um acordo. Através dele os patrões aceitavam velhas reivindicações que até então tinham recusado com obstinação, como a jornada de 8 horas sem diminuição de salários, as convenções coletivas, os comitês de fábrica e os delegados sindicais.

Durante as semanas seguintes o SPD concentrou a sua propaganda na tecla da Assembléia Constituinte, cuja convocação realizaria a "democracia de todo o povo", evitando a "ditadura de uma só classe". Para os que defendiam "o poder para os conselhos", tratava-se de um ataque à Assembléia dos conselhos. Por isso no congresso de delegados dos conselhos de todo o *Reich*, realizado em dezembro, esta questão foi colocada na mesa por Daümig, da tendência dos "delegados revolucionários", com uma moção que atribuía o poder central aos conselhos. O resultado — 344 votos contra e apenas 98 a favor — demonstra a imensa força do SPD no movimento operário. Dentre os 489 delegados, 288 eram do SPD, 90 do USPD, 36 de outros partidos e 75 sem partido. Dessa forma, portanto, foram os próprios conselhos que decidiram não assumir o poder que segundo eles cabia ao governo dos seis comissários do povo. Além disso, sob a influência do SPD, o Congresso marcou a eleição da Assembléia Constituinte para o dia 19 de janeiro.

Mas o caráter contraditório do processo se revelava no fato de que, se de um lado os conselhos negavam o seu lugar central no exercício do poder, de outro lado dois outros movimentos contraditórios

entre si ganhavam forma: a radicalização das bases de soldados, que se opunham aos seus líderes hegemônicos, membros do SPD, e recusavam a disciplina e as regras tradicionais do exército, defendendo a reeleição de conselhos; e a formação dos "corpos francos", regimentos constituídos à margem do exército regular pelos oficiais contra-revolucionários. Foi a convergência desses três fatores que criou, por volta de dezembro, uma situação explosiva.

Às vésperas do Natal de 1918 as guarnições de marinheiros estacionadas em Berlim se rebelaram. O exército as atacou mas elas receberam apoio não só dos operários como dos próprios soldados que, recusando-se a tomar parte no assalto, desertaram. O governo cedeu; mas enquanto cedia, alimentava a mão da extrema direita: Ebert permitiu que duas divisões de "corpos francos" entrassem em Berlim com o propósito de intimidação. Além disso, ele e Noske, ministro social-democrata do Exército, passaram em revista outras tropas — eram já cerca de 80 000 voluntários — nas imediações de Berlim. O SPD tornou-se, assim, cúmplice do ataque da contra-revolução. Nessa altura, sob a pressão do seu partido, os três comissários do povo do USPD se haviam demitido, sendo substituídos por membros do SPD.

Em 4 de janeiro um episódio menor ateou fogo à situação explosiva: o governo demitiu o comissário policial Eichhorn, do USPD. A demissão detonou uma poderosa manifestação de protesto apoiada tanto pelo USPD como pelo KPD. A quantidade de

peças que vieram protestar e a sua combatividade recolocaram na mesa a palavra de ordem de insurreição. Um comitê revolucionário foi formado por representantes do USPD (Ledebour), do KPD (Liebknecht) e dos "delegados revolucionários" (Schölze). Mas havia vacilações em todos os partidos, e o movimento espontâneo das massas começava a refluir. A direita se encaixou então nesse processo, e a partir de 9 de janeiro os "corpos francos" de Berlim começaram a reprimir, evacuando os edifícios ocupados, prendendo operários e procedendo a algumas execuções sumárias. Foi nessa ocasião que Rosa Luxemburg e Liebknecht foram presos e barbaramente assassinados por membros dos "corpos francos". Começava o declínio da revolução e a sua "normalização".

Apesar disso as eleições previstas para 19 de janeiro efetuaram-se, e a Assembléia Constituinte eleita mostrou a imensa superioridade eleitoral que conservava a social-democracia: sozinha conseguiu 11,5 milhões de votos. O USPD obteve 2,3 milhões (o KPD absteve-se), enquanto os partidos burgueses da antiga coalizão para a paz obtiveram juntos 11,5 milhões, e os de direita 4,5 milhões. Assim o SPD formou o primeiro governo da república de Weimar, chamando para apoiá-lo os partidos da coalizão para a paz, depois que o USPD negou-se a participar.

De 1918 a 1922

A Assembléia Constituinte forneceu à república uma Constituição em julho de 1919, no mesmo mês em que foi assinado e entrou em vigor o tratado de Versalhes. A nova Constituição conservava o caráter federal da Alemanha, o papel da Prússia e os dois órgãos legislativos — o *Reichstag* e o *Reichsrat* —, mas este último tinha o seu poder bem diminuído. A grande diferença em relação ao reino dos Hohenzollern era a necessidade de o primeiro-ministro agora prestar contas ao *Reichstag* e não ao rei.

Por essa época a força da social-democracia sofre uma primeira erosão. De um lado o primeiro-ministro, Scheidemann, que se havia oposto à assinatura do tratado de paz, demitia-se e seu lugar era ocupado por outro social-democrata, Bauer. Mas a demissão mais significativa foi a do ministro das Finanças, Wissel, que era claro partidário de uma planificação econômica do Estado tendente a abrir caminho a reformas socialistas. No congresso do SPD, realizado em junho, ele fazia parte de uma minoria que, sem dúvida fazendo eco a muitos dos anseios da massa operária, reivindicava a dissolução efetiva dos “corpos francos” e a unidade com o USPD, mesmo ao preço da demissão de Noske, muito comprometido com os generais. Com o governo Bauer abria-se a era do declínio da social-democracia. No fim de 1919 a liderança real do governo passava ao ministro Erzberger, do centro católico.

Nessa fase tornou-se também visível a passagem das camadas médias para o terreno da direita, em função da falência do SPD, e em menor medida da dos partidos republicanos da antiga coalizão para a paz. As conseqüências do tratado de Versalhes e a crise econômica, aguçada pela desvalorização do marco, faziam-se sentir sobre essas camadas, que viam então no SPD o responsável por tal situação. Ainda mais que a paz e a ordem, pela qual elas ansiavam tanto quanto esse partido, não existiam. Os social-democratas também haviam falhado ao permitir que a direita se fizesse a representante da defesa dos interesses nacionais.

Essas condições criaram, em março de 1920, uma situação favorável para que a extrema direita e os militares tentassem a deposição do governo com um golpe de Estado. A conjuração tinha como chefes o civil Kapp, membro do Partido Nacional Alemão, e o general von Lüttwitz. A ação militar se iniciou com a entrada em Berlim de parte dos "corpos francos" oriundos do Báltico, que não aceitavam a ordem de dissolução. Então, repentinamente constatou-se que o ministro do Exército, Noske, não tinha tropas para defendê-la. Ele e o presidente Ebert tiveram de fugir da capital, e Kapp se instalou no palácio do governo. Porém, tornou-se evidente que os golpistas não possuíam estrutura militar nem política para sustentá-los. Em todo o país o exército e a burguesia, surpresos, dividiam-se. A reação da classe operária foi no entanto espontânea, unitária e poderosa. Em nome da ADGB, a poderosa central sindical dirigida

pelos social-democratas, Legien lançou o apelo de greve geral e teve apoio unânime. Rapidamente a greve se desdobrou na formação de milícias e de conselhos operários. Diante disso, depois de quatro dias de poder não exercido, Kapp demitiu-se, deixando o lugar vazio.

Mas os sindicalistas social-democratas, tendo Legien à frente, e refletindo sem dúvida o sentimento da massa operária, estavam convencidos de que não era mais possível aceitar um governo de coalizão como o anterior, que havia contemporizado com os militares reacionários. A proposta deles foi a de um "governo operário" formado pelo SPD e pelo USPD. Face a ela os independentes, perplexos, se dividiram. O impacto da proposta foi tal que a hesitação permeou cada uma das duas tendências do USPD, a de esquerda e a de direita. Finalmente a posição de Daümig, agora líder da ala esquerda, prevaleceu e os independentes recusaram a sua participação, sob a alegação de que seria uma repetição do "governo dos seis comissários do povo". Diante disso a crise foi transferida para o seio do SPD, onde Legien impôs à direção, como condição para suspender a greve, certos requisitos para formar o novo governo. Entre eles, o desarmamento e julgamento dos rebeldes, a depuração da administração, a saída de Noske e o reconhecimento do papel das organizações sindicais na planificação econômica do país.

Hesitação e perplexidade também tomaram conta do KPD no momento da derrota de Kapp e face à proposta de Legien. Entre idas e vindas o

partido chegou a aprovar por um momento a idéia de um "governo operário". A aprovação se concretizou na polêmica "declaração de oposição leal", em que os comunistas se comprometiam a respeitar o governo enquanto este assegurasse liberdade de ação à classe operária e ao partido e combatesse a contra-revolução burguesa.

O governo saído da derrota de Kapp era chefiado pelo social-democrata H. Müller e constituía, como o anterior, uma coalizão dos mesmos partidos. Ele se apressou em reconstituir o aparato militar e administrativo e não concretizou as reivindicações de Legien; de qualquer forma não conseguiu fazer voltar o prestígio do SPD. As novas eleições realizadas em junho de 1920 selaram o fim da liderança social-democrática. A votação do SPD desceu a 5,6 milhões, enquanto a do USPD subiu a 4,9 milhões. Os partidos de centro-direita, mais votados, formaram o novo governo. Chefiado pelo deputado do centro Fehrenbach, compunham-no, além desse partido, os democratas, e pela primeira vez o Partido Popular Alemão, o que marcava a entrada de uma força que representava verdadeiramente o grande capital.

Durante os anos de 1920 e 1921 o peso do exército cresceu, bem como a sua independência face aos políticos, transformando-o quase num Estado dentro do Estado. Sob a aparente vigilância do ministro democrático Gessler, o general von Seeckt reorganizou-o dentro do princípio da "despolitização", o que significava na prática subtraí-lo à jurisdição do governo. Nem o balanço financeiro passava pelo par-

lamento. Como pelo tratado de paz o exército só podia ter 100 000 homens, foram aproveitados apenas parte dos oficiais, que não tiveram problemas para reencarnar as tradições militares imperiais. O exército tornava-se assim uma poderosa força antidemocrática e anti-republicana, cortada das camadas populares.

Mas o resto dos contingentes que haviam formado os "corpos francos" não aceitou a desmobilização. Conformaram então associações paramilitares clandestinas, financiadas pelas grandes indústrias. Nestas associações, bem como nos tradicionais Partidos de direita — o Nacional Alemão e o Popular Alemão — começava a se delinear uma nova corrente política: o nacionalismo. A sua base era constituída sobretudo por essas associações paramilitares secretas, que passaram a ter grande importância na vida do país. Para esses nacionalistas o objeto do seu ódio eram os partidos republicanos: o centro católico e os socialistas de todo tipo. A estes foi acrescentado o ódio aos judeus, vistos como representantes do capital financeiro. As associações paramilitares estavam em ligação estreita com o exército que as tinha em vista como possível força de reserva militar. Em grande parte foi desse apoio que elas retiraram a sua impunidade quando começaram uma campanha de atentados e assassinatos políticos. A Justiça, sob pressão do exército, absolvía os inculpados e eventualmente voltava-se contra as vítimas. É nessa vaga que foram mortos Erzberger, em agosto de 1921, e em junho de 1922 o ministro Rathenau, judeu que havia

assinado o acordo de Rapallo com a URSS. Munique tornou-se o centro das atividades do terrorismo de direita. Foi lá que, em 1920, foi fundado por Hitler o Partido Operário Nacional-socialista Alemão (NSDAP).

Um outro problema enfrentado pela Alemanha nesse período era o da inflação. Os dados da sua ascensão podem demonstrar os seus efeitos sobre a população: em 1919 o marco em papel-moeda valia 1/4 do marco-ouro; em 1920, 1/13; em 1921, 1/21; em janeiro de 1922, 1/50; em outubro de 1922, 1/1 000; em janeiro de 1923, 1/40 000. As principais vítimas do processo inflacionário foram os assalariados e a classe média, que havia feito suas economias em dinheiro. Em compensação os meios financeiros, os proprietários rurais e os industriais nutriram-se da inflação.

Durante o governo de Fehrenbach o movimento operário conheceu novamente uma convulsão localizada na região mineira de Mansfeld. A iniciativa da repressão partiu do governo de Saxe, dirigido pelos social-democratas. Com o objetivo de "sanear" a região e retirar as armas ainda guardadas pelos operários desde o golpe de Kapp, o governo regional determinou uma ação da polícia. Essa iniciativa, numa região onde os comunistas eram fortes, coincidiu com uma decisão do Comitê Central do KPD, tomada naqueles dias, de "forjar o destino do partido e da revolução" (intervenção de Frölich na reunião do CC). Assim, o KPD conclamou à greve geral e à preparação da resistência armada.

Nas outras regiões os comunistas tentaram organizar greves de solidariedade. Mas a classe operária manteve-se apática e nem todos os militantes do partido puderam ou quiseram aplicar a palavra de ordem de greve. A “ação de março”, como se tornou depois conhecida, constituiu um enorme fracasso do KPD. A repressão se abateu sobre o partido, que perdeu cerca de 200 000 militantes, descontentes com a linha seguida (mais da metade da organização recém-saída da unificação com a tendência majoritária do USPD, em outubro de 1920). A “ação de março” e a linha de “ofensiva revolucionária” que a inspirou constituíram um momento decisivo nas definições táticas do KPD e da própria Internacional Comunista.

Nesse mesmo mês de março, as pressões pelo pagamento de maiores reparações, que os aliados vinham fazendo, se concretizaram. Nessa ocasião eles conclamaram a Alemanha a reconhecer uma dívida astronômica, que o governo não aceitou. Em represália eles ocuparam as cidades de Düsseldorf e Duisburg. Em maio novas exigências foram feitas, sob a ameaça de ocupação do vale do Ruhr. Diante disso Fehrenbach demitiu-se e o Partido Popular Alemão retirou-se do governo. O novo primeiro-ministro — Wirth, também do centro católico — chamou os social-democratas a novamente participar do governo. Sob a iniciativa também dele o parlamento aprovou as condições impostas pelos aliados, na esperança de que eles se dessem conta de que era impossível à economia alemã satisfazer às exigências.

Mas isso não se deu, e a situação foi onerando

cada vez mais as condições de vida dos setores populares. Um ano e meio mais tarde, em novembro de 1922, o governo de Wirth não tinha mais forças para enfrentar a inflação e o problema das reparações. Wirth pretendia fazer entrar no governo o Partido Popular Alemão, mas os social-democratas não aceitaram e o governo caiu. O novo, formado pelo empresário Cuno, próximo do centro, era composto por esse partido, pelos democratas e pelo Partido Popular Alemão. Ao mesmo tempo o centro católico, na ausência de Erzberger, e com o aguçamento dessas contradições, havia sofrido uma forte guinada à direita. A sua clientela camponesa pendia cada vez menos para a república democrática, enquanto que os sindicatos operários católicos voltavam-se também para uma opção de governo conservadora e autoritária.

O “terrível ano” de 1923

A política externa do primeiro-ministro Cuno pretendia ser um pouco mais agressiva que as anteriores, impondo aos aliados a compreensão de que a Alemanha não podia satisfazer, nem querendo, às exigências. Mas isso não aconteceu, já que em 11 de janeiro contingentes militares franco-belgas ocuparam o vale do Ruhr, apesar da desaprovação da Inglaterra e dos Estados Unidos. O pretexto era o de garantir a extração e o fornecimento de matérias-

primas (do carvão, sobretudo), como pagamento pelas reparações. Em resposta, Cuno tomou a iniciativa de propor ao parlamento a “resistência passiva”: nenhum funcionário alemão deveria colaborar com as forças de ocupação e os pagamentos e fornecimentos deveriam ser boicotados. A “resistência passiva” foi não apenas aprovada no *Reichstag* como suscitou uma campanha patriótica por parte de quase todo o leque de forças políticas, com a exceção do KPD e de certos social-democratas, lembrando a atmosfera de agosto de 1914.

Mas ela só poderia surtir efeito real face à ocupação francesa se fosse acompanhada da greve, e isso não estava em cogitação por parte dos proprietários e do governo. Portanto, mais do que conseqüências práticas ela produziu um clima de confrontação entre invasores e a população da região do Ruhr. O acontecimento passou, obviamente, a ser o alvo preferido da ação das associações paramilitares, que começaram uma campanha de sabotagem e terrorismo contra os ocupantes, sob o manto cúmplice do exército. Numa dessas ações foi preso e fuzilado pelos franceses um antigo membro dos “corpos francos”, Schlageter, então militante nazista. Ele viria a se tornar uma lenda heróica para a extrema direita. Mas paradoxalmente a discussão de sua ação viria também a dar origem nos meses seguintes à efêmera tática do KPD, denominada “linha Schlageter”.

A ocupação do Ruhr acelerou a decomposição da situação econômica e social da Alemanha. A in-

flação assumiu um ritmo galopante: o dólar, que em abril de 1922 valia 1 000 marcos em papel-moeda, passou a 56 000 em janeiro de 1923, a mais de 2 milhões em agosto, e a 350 milhões em setembro. Os preços subiram nessa proporção e a vida tornou-se quase impossível para a maioria da população. Mas para os industriais a situação era boa, já que as mercadorias, produzidas a preços muito mais baixos do que os do mercado mundial, eram facilmente exportadas. A expropriação dos bens acumulados pela pequena burguesia chegou ao seu ponto extremo, proletarizando-a no sentido estrito da palavra. Jamais um país tão industrializado havia conhecido uma tal miséria, de forma que o contexto sócio-político subverteu-se em todos os seus ângulos. Os sindicatos, até pouco tempo antes poderosas máquinas bem azeitadas, de cujo peso no país os social-democratas retiravam a sua força, perderam sua função: com as caixas vazias, nada tinham a oferecer aos seus aderentes. Os próprios valores ligados à atividade sindical e parlamentar se esvaneceram.

A miséria e o clima explosivo levaram novamente as massas à disposição de derrubar o governo. Entre 9 e 11 de agosto os delegados de uma assembleia de conselhos de fábrica de Berlim determinaram uma greve geral, reivindicando medidas econômicas e a queda do governo. Tanto os sindicalistas social-democratas quanto os comunistas tiveram um papel muito importante em tal decisão, e isso levou o grupo parlamentar do SPD a retirar seu apoio a Cuno. Diante disso o governo demitiu-se em 12 de



Desenho de Käthe Kollwitz de 1934, expressando a pobreza do povo alemão.

agosto, reaparecendo o vazio de poder. Mas como nas situações anteriores, a burguesia estava novamente disposta a concessões à classe operária, a “abdicar dos anéis para não perder os dedos”. E como nas ocasiões anteriores, os social-democratas recolheram a mão estendida da burguesia. O novo governo, entendido como uma vasta coalizão nacional destinada a fazer face à crise e às dificuldades exteriores, era chefiado por Gustav Stresemann, do Partido Popular Alemão, e contava com quatro ministros social-democratas em postos-chave, entre eles o ministério das Finanças, ocupado por Hilferding.

Stresemann constituía um homem único em seu partido e em sua classe, pois achava que o capitalismo não era incompatível com a república. Daí o seu empenho em entender-se com os social-democratas e em defender a Constituição de Weimar. A ascensão de Stresemann constituiu o ponto culminante de 1923 e o momento onde as tendências que haviam até então se desenvolvido começaram a se reverter. Aparentemente a situação continuou a ser igualmente explosiva e a inflação a progredir. Mas os dois objetivos iniciais do governo — um acordo com os aliados e a estabilização do marco — começaram a tornar-se realidade, dando início à era mais estável da república de Weimar, os anos de 1924 a 1929. A “resistência passiva” foi oficialmente levantada e Stresemann encaminhou entendimentos com os aliados. Reconhecendo a ocupação francesa, ele tentou utilizar as divergências de ingleses e americanos para chegar a um melhor acordo com os franceses.

Mas a contra-revolução monárquica continuava intacta e não podia ver com bons olhos um governo composto pelos social-democratas. Em setembro o governo da Baviera, núcleo da extrema direita, decretou o estado de emergência e nomeou um comissário do *Reich* para o estado com plenos poderes, o que constituía um desafio ao governo federal. A resposta deste, entretanto, só veio fortalecer mais os militares: foi proclamado estado de sítio e Ebert transmitiu o executivo ao ministro do Exército, que passou seu exercício ao general von Seeckt.

A essa altura a "atmosfera de novembro de 1919" já se havia desvanecido e a burguesia, tendo salvo os dedos, queria recuperar os anéis. Assim, os empresários pediam que as medidas de recuperação da moeda fossem acompanhadas de outras visando diminuir o peso da social-democracia no governo. Queriam a queda de Hilferding e que o SPD renunciasse à defesa da jornada de trabalho de 8 horas. Em outubro eles terminaram por obter essas duas reivindicações, mas o SPD permaneceu no governo, apesar disso.

A situação continuava de tenso equilíbrio. Nos estados de Saxe e Turíngia os governos que acabavam de ser constituídos legalmente eram encabeçados por social-democratas de esquerda. Os comunistas haviam recomeçado nos últimos dois meses a encarar a hipótese de uma insurreição, desde que apoiada também pelos social-democratas de esquerda. Por isso, Saxe e Turíngia tornaram-se os seus centros privilegiados de ação. É assim que o dirigente

comunista Brandler propôs em 21 de outubro, numa reunião dos conselhos de fábrica de Saxe, realizada em Chemnitz, que se decretasse a greve geral para defender o governo estadual dos prováveis ataques do exército. Mas o líder local da social-democracia de esquerda, Graupe, recusou energicamente essa proposta, argumentando que cabia ao próprio governo definir os meios de autodefesa. Toda a tática comunista para a insurreição, que estava baseada na hipótese da radicalização da social-democracia de esquerda, entrou em colapso. A volta atrás no plano insurrecional foi assumida por toda a direção do KPD, inclusive os "conselheiros militares soviéticos", Radék e Piatakov. Mas apesar disso, fruto aparentemente de um mal-entendido, a ordem de insurreição foi levada a Hamburgo. Apenas algumas centenas de comunistas, desligados dos operários, combateram durante três dias, mas surpreendentemente conseguiram retirar-se com um mínimo de baixas. Esse episódio de 1923 ficou conhecido na história oficial do comunismo como uma "revolução perdida", cuja culpa foi atribuída a Brandler.

Paralelamente a direita continuava pressionando na Baviera: o comandante local do exército, von Lossow, colocara-se num estado virtual de rebelião. Stresemann estava, portanto, acuado pela efervescência proletária em Saxe e na Turíngia, e pela explosividade direitista na Baviera. Ele optou então por um golpe contra a esquerda, pensando com isso amortecer os pendores golpistas dos nacionalistas. Em 29 de outubro encarregou o exército de destituir

os governos encabeçados pela social-democracia de esquerda. Nem comunistas nem social-democratas esboçaram qualquer resistência, o SPD limitando-se a se retirar do governo federal.

Stresemann não ficou por isso livre da ameaça da direita. Entre 9 e 10 de novembro os chefes nacionalistas, com Hitler e Ludendorff à cabeça, decidiram provocar um golpe, contando com o comissário von Kahr e o comandante do exército na Baviera, von Lossow. O golpe falhou porque estes decidiram permanecer fiéis a von Seeckt, transformando-se apenas numa manifestação das organizações paramilitares clandestinas e grupos de direita em Munique. Hitler e Ludendorff foram colocados fora da lei. Mas o governo de Stresemann não resistiu e caiu. Em 23 de novembro tornou-se primeiro-ministro Wilhelm Marx, do centro católico, embora Stresemann tenha conservado o ministério das Relações Exteriores, que já ocupava antes. Assim terminou o ano "terrível" de 1923, e a república de Weimar entrou em sua fase estável.

Os anos da "estabilização relativa" (1924-1929)

Desde o fim da guerra até 1923 a Alemanha havia vivido dilacerada entre as profundas contradições de suas classes, exacerbadas em grau máximo pelas condições estabelecidas pelo tratado de Versa-

lhes; 1923 foi o ponto culminante de todas essas tensões. A saída do impasse, levada a efeito por setores burgueses que entenderam haver uma solução capitalista e republicana para o país, foi possível porque coincidiu com uma modificação no quadro das relações internacionais.

Até fins de 1923 os Estados Unidos haviam permanecido no mais total isolamento, recusando inclusive participar da Sociedade das Nações. Mas tendo alcançado ao final da Primeira Guerra Mundial a posição de potência econômica e militar, o país sentiu a necessidade de abrir campo para investir os vastos capitais acumulados. Sob esse ponto de vista a Alemanha apresentava as melhores condições: falta de capital para investimento e uma forte capacidade produtiva potencial. O único senão era a sua permanente crise política.

Foi por essa razão que os Estados Unidos começaram a se interessar pelo problema das reparações. Encontraram então na Inglaterra um aliado, que havia visto com maus olhos a ocupação franco-belga. Também na França a situação era diferente no fim do ano de 1923. A ocupação não tinha a aceitação de vastos setores da opinião pública democrática e o novo governo, chefiado por Herriot e apoiado por uma coalizão de socialistas e radicais, tinha todo o interesse em modificar a política de Poincaré. Dessa convergência de interesses surgiu a proposta americana de empréstimos massivos à Alemanha para reativar a sua economia e permitir-lhe fazer face ao pagamento das reparações.

O plano Dawes foi apresentado em abril de 1924 e aprovado por todos os governos envolvidos. Com ele a Alemanha passou a ficar totalmente dependente da Bolsa de Nova Iorque. Isso implicava um rígido controle exercido dentro do território alemão, sobrepondo-se de certo modo ao governo. Mas apesar desses inconvenientes, a injeção de capitais produziu o efeito desejado. A economia floresceu de forma prodigiosa, recuperando e superando os índices do pré-guerra. O novo crescimento foi caracterizado pela modernização, racionalização e concentração. A taxa de desemprego chegou a índices mínimos, devidos sobretudo à racionalização e à mecanização das indústrias, e os salários subiram. Entretanto, houve quem se aproveitasse mais do que a maioria dessa injeção de dinheiro estrangeiro: os especuladores conseguiram fazer altos negócios e o ódio da população contra eles cresceu ainda mais. O principal objetivo, entretanto — o pagamento das reparações, agora estipuladas em função do crescimento econômico — foi atingido, eliminando assim um poderoso elemento de fricção.

No campo da política externa, a manutenção da ocupação francesa e o problema dos territórios perdidos era muito importante. Stresemann buscou aí também utilizar a influência inglesa e americana para chegar a um acordo com a França. O tratado de Locarno, assinado em outubro de 1925, resolveu parcialmente esse problema: ele estipulava que Alemanha, França e Bélgica não procurariam alterar suas fronteiras pela força, e que Itália e Inglaterra dariam

garantias para a manutenção desse acordo. No entanto esse entendimento suscitou desconfiança por parte da URSS, e Stresemann se apressou em demonstrar aos russos que ele não significava um acordo anti-soviético com os aliados e que o tratado de Rapallo continuava a ter vigência. Permaneceram porém sem resolução alguns problemas, e o principal era o "corredor" de Dantzig, em mãos dos poloneses.

Face à consolidação da república, os defensores do golpe contra ela retrocederam. Os generais procuraram fortalecer o exército, que permaneceu sendo um Estado à parte. Continuou a existir uma corrente nacionalista anti-republicana, mas as associações paramilitares perderam sua razão de existir e os seus financiadores. De modo geral os próprios governos burgueses desenvolveram uma política social ampla: foi instituído o seguro contra o desemprego e os salários aumentaram. Mas os empresários se recusaram a aceitar a volta da jornada de trabalho de 8 horas. Cresceram também os investimentos em obras públicas, os salários dos funcionários e, em consequência, a burocracia.

Os social-democratas estavam profundamente envolvidos no novo estado de coisas, pois embora não participassem do governo federal, detinham o governo estadual da Prússia, além de outros estados menores, como Baden e Hamburgo, e o de muitas cidades. Eles pretenderam melhorar a qualidade dos serviços públicos e gastavam muito em empreendimentos. Ocuparam-se em geral com as tarefas policiais, deixando aos partidos burgueses as áreas eco-

nômicas e sociais. Apoiando o plano Dawes e procurando dirigir toda a sua ação para aumentar o nível de vida dos operários, o SPD conseguiu ao final dessa etapa recuperar a popularidade perdida. Mas as funções que exerceu durante a fase de estabilidade e a parte que a sua burocracia abocanhou no quinhão de investimentos que a Alemanha recebeu vieram a pesar no momento de crise. Durante essa etapa o partido comunista sofreu altos e baixos, cisões e expurgos, até que em 1926 consolidou-se a direção liderada por Thaelmann, totalmente fiel ao stalinismo. Desde então a política do KPD nada mais foi do que a emanção alemã dos interesses do Estado soviético.

Do fim de 1923 até 1928 a Alemanha foi governada por uma coalizão exclusiva de partidos burgueses. As coalizões se alteraram, mas o SPD permaneceu fora do governo federal. Em 1925 Friedrich Ebert, que permanecia como presidente quase simbólico, morreu. O processo eleitoral empolgou todos os partidos. Através de um primeiro turno, onde se apresentaram candidatos de quase todas as forças, os partidos burgueses puderam ter uma idéia de como direcionar os seus votos. Assim, no segundo turno o candidato do centro católico, Wilhelm Marx, foi apoiado pelos democratas e pelos social-democratas, que retiraram Braun, aderindo ao que definiram como o "mal menor". Os partidos de direita — o Nacional Alemão e o Popular Alemão —, apoiados pelos nacionalistas e por outros pequenos grupos de direita, apresentaram a candidatura do velho marechal Hindenburg. O KPD manteve a candidatura de

Thaelmann. Os resultados — 48,5% para Hindenburg, 45,2% para Marx e 6,3% para Thaelmann — levando o marechal ao posto de presidente, consolidaram ainda mais a posição dos militares na república de Weimar.



O PAPEL DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Social-democracia e classe operária na Alemanha

A história da social-democracia alemã confunde-se com a própria história da classe operária. Em nenhum outro país uma tendência política esteve tão unida e entrosada com o desenvolvimento do conjunto da classe. Rosa Luxemburg tinha, portanto, razão de sobra para afirmar que a social-democracia era “o próprio movimento da classe operária” (“Questões de organização da social-democracia russa”).

Desde a sua fundação em 1875, o SPD atuou em condições de crescimento ininterrupto e pacífico do capitalismo e sob um governo arbitrário. Seu esforço fundamental dirigiu-se à divulgação do marxismo e à educação do proletariado. Conscientizando-o de seus

direitos, abrindo na sociedade um lugar de honra para os produtores de riquezas capitalistas, a social-democracia foi ao mesmo tempo lutando sem trégua para melhorar cada vez mais as condições materiais de vida dos trabalhadores. Com o tempo o marxismo tornou-se para os social-democratas, não um instrumento de análise da realidade, e sim um símbolo que caracterizava ideologicamente o proletariado por oposição à burguesia. O partido se transformou numa poderosa máquina política com suas associações paralelas, os sindicatos que dominava, seus jornais, sua ação cultural e na área do lazer, sua presença nas administrações locais, de tal forma que a burguesia contava já ao final do século XIX com este parceiro forte mas integrado. Para cada operário o partido era a sua própria vida, penetrava em seus hábitos cotidianos, moldava suas idéias e reações nas mais variadas áreas, outorgando-lhe dignidade.

O voto era a arma fundamental da social-democracia. Desde a segunda metade do século XIX as correntes que deram origem ao SPD haviam lutado pelo direito de voto. Em 1871 o sufrágio universal foi outorgado a todo o país, e a partir de seu surgimento o SPD nunca deixou de aumentar o número de seus deputados, apesar das leis de exceção do tempo de Bismarck. Em 1903 ele chegou a obter nas eleições 1/3 do total dos votos.

O Partido Social-democrata Alemão era a expressão mais importante da II Internacional e o seu partido mais representativo, parecendo apontar o futuro para o proletariado. As condições de cresci-

mento pacífico e sem crises do capitalismo, características do último quarto do século, foram frequentemente usadas para explicar o surgimento do revisionismo, liderado por Bernstein. Em 1899, com o livro *Os pressupostos do socialismo*, o grande dirigente da social-democracia assumia o risco explícito de revisar o marxismo. Para ele — e o próprio Engels ao fim de sua vida teria começado essa revisão — o marxismo havia errado ao supor que a Europa iria conhecer um ciclo de convulsões revolucionárias que a levariam à tomada do poder pelo proletariado. Ora, desde o fim da guerra franco-prussiana em 1871, havia uma paz absoluta. A causa desse erro de previsão encontrava-se na dialética, que, atribuindo um peso excessivo à instância econômica, criava um vazio através do qual só era possível sair com uma visão mágica da violência revolucionária.

O revisionismo de Bernstein, prontamente rejeitado no início do século tanto por Kautsky como por Rosa Luxemburg em nome do “marxismo ortodoxo”, era apenas o aspecto mais visível das transformações que o partido alemão estava sofrendo. Enquanto seus dirigentes mais intelectualizados discutiam a estratégia do partido, modificações de peso se iam verificando ao nível de sua estrutura. A máquina partidária era movida por uma massa de funcionários que ganhava salários médios ou altos, e que viria a ser decisiva. R. Michels, estudando essa estrutura e sua composição de classe em seu livro de 1913 *Os partidos políticos*, chegava a algumas conclusões. Para ele, várias influências, originadas de outras

classes sociais que não o proletariado, faziam-se sentir dentro do partido, e entre elas a da "aristocracia operária", operários especializados e com alto salário.

Nessas condições a formação de tendências antes de 1914 não se limitou à corrente revisionista de Bernstein. Em 1905 o debate assumiu uma orientação diferente em virtude da revolução russa e da greve espontânea dos mineiros do vale do Ruhr. A reação dos sindicalistas, tendo já Legien à frente, foi a de frear o movimento. Rosa, Anton Pannekoek e aquilo que viria a constituir a "esquerda radical" apoiaram a greve, vendo nela uma forma de elevar a consciência de classe dos operários. O primeiro resultado desse debate foi favorável aos sindicalistas: em 1906, no congresso de Mannheim os dirigentes sindicais, apoiados por Bebel, fizeram aprovar uma resolução colocando em pé de igualdade partido e sindicato. Mais tarde, em 1913, quando Ebert assumiu a presidência do partido no lugar de Bebel, o poder dos sindicalistas ficou bastante aumentado.

Tanto o revisionismo de Bernstein quanto o "marxismo ortodoxo" de Kautsky correspondiam à ideologia social-democrata do pré-guerra. A moderação de ambos provinha da crença então comum na irreversibilidade do progresso social. No entanto nenhuma das duas correntes havia abdicado do ideal socialista. No que se refere aos sindicalistas, a questão colocava-se de forma bem diferente: contrários a qualquer mudança social, eles se satisfaziam da melhoria das condições materiais e da segurança social

dos operários, colocando portanto como meta a colaboração com as facções mais progressistas da burguesia. Isso explica porque, quando a guerra eclodiu, tanto Rosa quanto Bernstein e Kautsky colocaram-se em oposição à direção do SPD.

A geração que subiu com Ebert na hierarquia do partido — homens como Otto Braun, Phillip Scheidemann, Karl Severing, Gustav Noske — era de origem operária mas já trabalhava há alguns anos para a organização. Eles não eram ideólogos do socialismo e sim administradores, políticos voltados para questões táticas e se autodefinindo realistas. Preocupados com a eficácia e o rendimento, eles transformaram o partido numa poderosa máquina. A confrontação teórica e ideológica entre revisionismo e “marxismo ortodoxo”, na verdade, mascarava a polarização entre os dois setores realmente dinâmicos do SPD: a “esquerda radical”, cujo grupo mais importante iria ser a Liga Spartacus, e a burocracia sindical reformista, que se tornaria desde então a direção histórica do SPD. Esta corrente realizou efetivamente uma ruptura radical com o marxismo, diante da qual a ruptura de Bernstein não passava de uma expressão limitada. Enquanto a “esquerda radical” tornou-se na Alemanha a defensora ativa da generalização da democracia, inclusive dentro do partido, a burocracia sindical privilegiava a disciplina como elemento essencial.

A tese da "aristocracia operária"

As características assumidas pela social-democracia alemã, particularmente a responsabilidade histórica que teve ao aprovar em agosto de 1914 os créditos para o início da guerra, desembocaram numa larga polêmica sobre as origens de classe e o significado do seu reformismo. Nessa polêmica, a tese da existência de uma "aristocracia operária" tornou-se na maior parte das vezes a explicação fundamental. Quem pela primeira vez tocou no tema do "aburguesamento do proletariado", referindo-se à Inglaterra, foi Engels em várias cartas desde 1858 e na introdução de 1892 à reedição alemã da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Posteriormente, o livro já citado do militante do SPD Michels expôs um estudo sociológico e estatístico da estrutura da social-democracia, trazendo dados importantes. Mas essa obra permaneceu sem repercussão até que Pannekoek, militante holandês do partido alemão, que viria a ser o líder da "Esquerda de Breme", um dos grupos da "esquerda radical", começasse a desenvolver suas idéias a respeito das causas do reformismo. Em 1909 Pannekoek afirmava em *As divergências táticas no movimento operário* que o oportunismo representava uma "tendência burguesa" dentro do movimento do proletariado, expressão dos interesses dos militantes de origem pequeno-burguesa e da "aristocracia operária". E justificava a existência dessa camada proletária mais

como produto do enriquecimento do movimento sindical do que como resultado do fato de a burguesia imperialista poder oferecer-lhe uma parcela do seu excedente.

Quanto a Lenin, até 1914 considerava o SPD como o partido-modelo da Internacional Socialista, vendo na sua disciplina e centralização um exemplo a ser seguido. Concentrado exclusivamente nas lutas internas do partido russo, ele havia tomado sempre posição em favor da direção do SPD, inclusive na polêmica entre Kautsky e Rosa, exposta ao nível da Internacional em 1911. Assim, quando os parlamentares social-democratas aprovaram os créditos de guerra ele acreditou num primeiro momento tratar-se de uma falsa notícia.

Recuperado do espanto, Lenin passou a classificar o apoio à guerra como uma "traição ao socialismo", atribuindo-a à predominância, no seio da social-democracia, do "oportunismo pequeno-burguês de caráter burguês" (*Obras Completas*, t. 21, Edições de Moscou em francês). Para ele era necessário demonstrar que a social-democracia havia "traído" os interesses de classe do proletariado, transformando-se num "agente da burguesia no seio do movimento operário". Por isso era necessário a partir de então criar novos partidos e uma nova Internacional. Além disso Lenin se preocupou, como antes Pannekoek, em deixar clara a base social do oportunismo. Esclarecia que a época pacífica de desenvolvimento do movimento operário havia sido rica em ensinamentos e vantagens para a classe. Mas

havia levado a que os funcionários de origem pequeno-burguesa e certas camadas da classe operária — como a burocracia do partido e dos sindicatos e a aristocracia operária, que se alimentava de uma parcela dos lucros das colônias e da situação privilegiada de sua “pátria” no mercado mundial — conformassem a principal base de apoio social do oportunismo, dizia Lenin (*Obras Completas*, t. 21). Essas formulações devem muito às de Pannekoek cujo grupo, a “Esquerda de Breme”, foi a única tendência alemã a apoiar os bolcheviques nas conferências internacionais de Zimmerwald (1915) e Kienthal (1916).

Nas análises de Lenin, que passaram a ser oficiais na Internacional Comunista, a explicação da existência e da natureza da aristocracia operária é de ordem essencialmente econômica. Embora Lenin mencione frequentemente o lucro proveniente das colônias, não é a esse fator que ele atribui a possibilidade de a burguesia redistribuir uma parte do excedente às camadas superiores do operariado, e sim à posição monopólica dos países imperialistas no mercado mundial. Dessa forma, ligando a existência da aristocracia operária à do imperialismo, e entendendo o reformismo como um produto dela, os bolcheviques tendiam a associar a crise do imperialismo ao desaparecimento do reformismo.

A inconsistência dessas análises e o seu caráter pernicioso tornaram-se claros nos anos seguintes. Os comunistas, sustentando que a social-democracia era um “agente da burguesia” no seio do proletariado, tiveram uma prática cada vez mais sectária, sem se

dar conta das verdadeiras razões que motivaram a que, mesmo em épocas críticas, importantes setores de massa apoiassem os social-democratas. Pois levadas às últimas conseqüências, essas análises determinariam na Europa ocidental, entre as duas guerras, que todo operário que se encontrasse em situação econômica difícil ou desempregado, e que aspirasse à revolução, deveria começar por lutar contra os "traidores", contra seus companheiros de classe, operários qualificados e mais bem pagos. Ao atribuir a essa razão essencialmente econômica o peso do reformismo na Europa ocidental, particularmente na Alemanha, Lenin mostrou não perceber o universo cultural das massas proletárias. Quando a "aristocracia operária" dava apoio à burocracia reformista na aliança com a burguesia nacional e na sustentação da guerra, o que estava revelando era a sua profunda ligação aos valores nacionais e democráticos. No ocidente, na luta contra a arbitrariedade das monarquias feudais, as massas operárias participaram ativamente e seus chefes reformistas conduziram campanhas que levaram ao aumento da representação proletária.

A visão dos bolcheviques, cuja origem são as análises de Pannekoek, pode ser contraposta ao que desenvolvia Rosa Luxemburg no artigo já citado ("Questões de organização da social-democracia russa", 1904), em polêmica com Lenin. Para ela, a explicação essencial do sucesso do reformismo encontrava-se na própria essência da luta pelo socialismo e suas contradições inerentes. Essa luta se caracteriza

pelo fato de que as massas só podem fortalecer o seu ideal socialista nos limites da luta cotidiana dentro da ordem estabelecida. O movimento pelo socialismo deve mover-se entre o objetivo final, o socialismo, e os objetivos da luta diária; ele deve equilibrar-se entre esses dois pólos, caso contrário recairia no estado de seita ou num movimento por reformas. Assim, o oportunismo não pode ser abolido por força de estatutos, já que é fruto de condições inelutáveis. Visto desse ponto de vista ele aparece não como algo introduzido de fora para dentro do movimento operário, e sim "como uma fase inevitável de seu desenvolvimento histórico".

Além disso, nem sempre são os operários mais qualificados e bem pagos os que têm posição mais moderada. Ao contrário, muitas vezes na história os operários das indústrias de ponta lideraram greves combativas. No caso preciso da Alemanha entre as duas guerras mundiais, nem sempre o SPD foi majoritariamente composto de operários qualificados, e nem o KPD era procurado em maioria pelos operários sem qualificação e mal pagos.

A social-democracia na república de Weimar

Quando em agosto de 1914 o SPD aprovou os créditos de guerra, justificou essa posição com o argumento de que a derrota alemã seria sentida pelas

massas como uma catástrofe. A isso acrescentou que se tratava de combater um dos mais bárbaros impérios feudais, o dos czares. Tal ponto de vista se coadunava perfeitamente com o sentimento nacionalista e militarista que havia ganho toda a população.

Mas a guerra iria modificar a situação das tendências dentro do SPD. Karl Liebknecht, que em agosto havia votado por disciplina a favor dos créditos, foi o único deputado social-democrata que em dezembro desse mesmo ano votou contra a sua renovação. Desde então os "radicais" começaram a se organizar em torno de Rosa e Franz Mehring e a atuar contra a guerra; daí surgiu a Liga Spartacus. Por outro lado, o grupo revisionista liderado por Bernstein dividiu-se e apenas uma fração dirigida por ele tomou posição contra a guerra. Além disso, uma tendência originária do "marxismo ortodoxo", que havia sempre apoiado a direção, colocou-se também contra a continuação da guerra; nela estava Kautsky, entre outros. Essas três correntes decidiram adotar uma posição mais clara num documento defendendo a paz, apresentado em janeiro de 1917. O grupo da "Esquerda de Breme", contrário também à guerra, preferiu simplesmente abandonar o SPD. A direção social-democrata, fiel a seus critérios de disciplina, decidiu expulsar imediatamente a oposição em bloco. Em abril de 1917 surgiria assim um segundo partido operário de massas, o Partido Social-democrata Independente Alemão (USPD). Três meses e meio depois, ao apoiar a resolução de paz no parlamento, o SPD eliminou o principal motivo que

o opunha ao USPD, enquanto na nova organização coexistiam posições ideológicas tão diversas como as de Bernstein, Kautsky e Rosa. No entanto, a divisão se manteria por todo o período revolucionário e seria um dos elementos de ambigüidade presentes.

A partir de novembro de 1918 o SPD, sob a direção dos sindicalistas reformistas, iria caracterizar-se pela sua posição de freio ao movimento revolucionário. Durante os primeiros meses sua ação foi conscientemente dirigida para esvaziar as rebeliões sem se opor frontalmente a elas e impedindo a sua confrontação com as forças reacionárias. Diante dos conselhos sua força foi concentrada em transformá-los num órgão auxiliar do poder constituído legalmente, impedindo que se colocassem como centro do governo. Sua política terminou por fazê-lo cúmplice historicamente da repressão da qual foram vítimas Rosa Luxemburg e Liebknecht em janeiro de 1919, e em março outro dirigente spartaquista, Leo Jogiches. A revolução refluíu e a direita, então, ganhou força. O partido foi tendo de sacrificar paulatinamente aqueles que no governo defendiam reformas socializantes, até que o golpe de Kapp, em março de 1920, terminou por granjear-lhe as antipatias de seus seguidores mais à esquerda e desmoralizá-lo perante os partidos burgueses. Assim, nas eleições seguintes, em junho, os social-democratas perderam a maioria da liderança do governo para onde só voltariam em 1928.

De 1920 em diante a atuação do SPD não mudou radicalmente, caracterizando-se pelo ideal de

reforçar o peso do proletariado, porém dentro do sistema vigente, evitando toda e qualquer subversão da ordem republicana. A direção histórica, que havia assumido a liderança do partido no início do século XX, permaneceu conduzindo-o dentro dos mesmos parâmetros.

Em relação ao comunismo a social-democracia mantinha um ponto de vista radicalmente negativo. O regime instaurado em outubro de 1917 pelos bolcheviques era uma ditadura a partir do momento da dissolução da Assembléia Constituinte e da perseguição aos socialistas revolucionários de direita e aos mencheviques. Dessa forma transferiram automaticamente seu antagonismo ao KPD. Durante os primeiros anos da república de Weimar o SPD teve, em relação ao USPD, uma posição ambígua na medida mesmo em que esse partido era um conglomerado transitório de tendências: algumas tinham os seus olhos voltados para criar as condições de unificação com o KPD, particularmente os "delegados revolucionários". Outras, entre as quais os partidários de Kautsky e Bernstein, esperavam a reunificação da social-democracia. Quando em outubro de 1920, no congresso de Halle, a questão da fusão do USPD com o KPD e da adesão à Internacional Comunista foi colocada oficialmente em discussão, deu lugar a uma furiosa batalha ideológica, onde as duas versões até então existentes do socialismo se digladiaram. Com a divisão do USPD ficou assim eliminado esse grande partido de massas nascido de uma divergência conjuntural. Mas nem por isso o partido social-demo-

crata e o partido comunista tornaram-se homogêneos. Dentro do SPD continuou a existir uma corrente mais próxima do socialismo, enquanto a direção promovia sua tradicional política.



O DRAMA DO COMUNISMO ALEMÃO

O luxemburguismo face aos bolcheviques

Embora a partir de 1926 o comunismo alemão tenha passado a se identificar totalmente com a linha ditada pelos russos à Internacional Comunista, na sua origem o partido alemão era bem diferente do bolchevismo. Os alemães eram os únicos comunistas cujo partido não havia sido moldado pelos bolcheviques à sua imagem e semelhança, onde havia militantes com estatura para contestar as orientações russas.

Na origem do KPD estiveram presentes três correntes já conformadas localmente. A mais importante delas, pela sua elaboração teórica, era a Liga Spartacus, cujos líderes eram Rosa Luxemburg, Liebknecht, Mehring, Jogiches, e em segundo plano

Paul Levi. Desde o início da guerra eles tinham se colocado contra a posição chauvinista da direção do SPD. As principais tomadas de posição haviam partido das elaborações de Rosa. No entanto, no período que antecedeu a revolução de novembro Liebknecht se havia tornado um grande líder de massas. Sua popularidade granjeou-lhe a simpatia de uma camada de jovens operários ou desempregados que apenas começava a despontar para a vida política.

A segunda corrente que esteve na origem do KPD era a “Esquerda de Breme”, que se havia constituído como grupo independente junto com núcleos de outras cidades logo depois do fim da guerra, adotando o nome de “comunistas internacionalistas da Alemanha” (IKD). O líder dessa tendência era Pannekoek, além do holandês Hermann Gorter e de Johann Knief, mas o polonês Karl Radek, quando ainda se encontrava na Alemanha, havia também exercido um papel importante. Durante a guerra, na Suíça, ele foi o elo de ligação entre o grupo de Pannekoek e os bolcheviques. Nessa fase coincidiam as posições de ambas as tendências sobre a “traição da social-democracia, o caráter da base social do oportunismo, a “aristocracia operária” e a necessidade de criar novos partidos e uma nova Internacional.

A terceira corrente era constituída pelos “delegados revolucionários”, grupo que atuava dentro do USPD, tal como a Liga Spartacus, e que constituía também um grupo autônomo, com linha política própria, próxima da dos spartaquistas. Desse grupo faziam parte sobretudo líderes sindicais, como Lede-

bour, Daümig e Richard Müller. Na época da fundação do KPD, na passagem do ano de 1918 para 1919, os “delegados revolucionários” pretendiam integrar a nova organização, porém estabeleciam condições que demonstravam sua clara oposição não apenas ao radicalismo dos IKD, como também aos novos militantes da Liga Spartacus. Eles reivindicavam sobretudo o abandono da posição de boicote às eleições para a Assembléia Constituinte.

Mas enquanto os IKD passavam por uma fase de aproximação recíproca com os bolcheviques, o mesmo não acontecia com a Liga Spartacus, que havia tido um desenvolvimento autônomo. Dentro dela a liderança política cabia incontestavelmente a Rosa, e em menor medida a Jogiches. E as divergências entre Lenin e Rosa haviam sido múltiplas, cobrindo diversas áreas da ação política. Em 1904 Rosa havia criticado claramente as posições de Lenin expostas em *Um passo adiante, dois atrás*. O artigo já citado — “Questões de organização da social-democracia russa” — tornou-se leitura obrigatória, juntamente com *Nossas tarefas*, de Trotsky, para os que procuravam uma forma de organização alternativa à proposta pelo líder dos bolcheviques. Quando em 1913 Rosa publicou sua importante obra *A acumulação de capital*, Lenin fez um comentário crítico e, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, desenvolveu uma concepção radicalmente diferente. Os dois dirigentes tinham também discordâncias no que se refere à questão nacional. Além disso Rosa se havia oposto à ruptura do partido na Rússia, questão

defendida por Lenin em certos períodos com paixão, enquanto que no caso da cisão no partido socialista polonês Lenin havia apoiado o grupo de Varsóvia, opondo-se ao de Rosa e Jogiches. Durante a guerra houve uma relativa aproximação, mas persistiram diferenças, como fica comprovado na crítica de Lenin à “Brochura de Junius” (*A crise da social-democracia*, publicado em 1916 por Rosa) e no fato de a Liga Spartacus não ter apoiado os bolcheviques nas conferências de Zimmerwald e Kienthal.

Mas mais importante para entender a história conturbada dos primeiros anos do KPD são as críticas feitas por Rosa à revolução de outubro nos seus escritos de 1918. Num primeiro momento ela se preocupou sobretudo com os efeitos negativos que a paz de Brest-Litovski iria trazer para a causa revolucionária alemã, fortalecendo o militarismo, mas entendia o impasse em que se encontravam os revolucionários russos. Porém, no seu último artigo, “A revolução russa”, escrito em setembro de 1918, e publicado somente três anos depois, ela entrava diretamente em polêmica com as diretrizes que os bolcheviques estavam pondo em prática. Ela atacava questões ligadas à forma de ditadura do proletariado pela qual eles estavam optando: colocava-se contra a dissolução da Assembléia Constituinte, contra a limitação do direito de voto aos que estavam trabalhando e nos limites dos soviets, contra a suspensão das garantias democráticas como a liberdade de imprensa, de associação e de reunião, e contra o uso indiscriminado do terror em relação aos contra-revo-

lucionários. Ela afirmava então: “A liberdade apenas para os partidários do governo, unicamente para os membros de um partido — por mais numerosos que eles sejam — não é a liberdade. Ela é sempre, pelo menos, a liberdade dos que pensam de maneira diferente”. Quanto ao terror, ela o apontava como um fator que, a longo prazo, apenas levaria à depreciação de toda a sociedade. A justiça revolucionária só poderia ser aplicada em base a decisões das massas, tomadas num ambiente de total liberdade política. Pois a ditadura do proletariado “reside no modo de aplicação da democracia, e não na sua supressão”.

As análises de Rosa Luxemburg coincidiam em certa medida com as críticas que o conjunto da social-democracia iria sustentar contra os bolcheviques; mas enquanto estes defendiam a democracia burguesa formal e institucionalizada, Rosa argumentava do ponto de vista da democracia no processo da revolução socialista. Em seguida os acontecimentos que tomaram conta da Alemanha a partir de novembro de 1918 iriam empolgar tanto Rosa como Jogiches, e eles entrariam em relação com os bolcheviques, não sem hesitações, no entanto. Ambos vacilaram em abandonar o USPD em dezembro de 1918 e em criar um novo partido, o comunista. Eram também contrários à utilização do termo “comunista” e à criação da nova Internacional que surgiria em março de 1919. E a razão disso é que, segundo o relato do delegado alemão, Eberlein, ao congresso de fundação, eles acreditavam que existia um abismo

profundo entre os comunistas russos e os partidos socialistas ocidentais, os primeiros não tendo condições de influir sobre os segundos.

No congresso de fundação do KPD, em pleno ápice revolucionário, todas essas correntes de pensamento político se confrontaram, porém sob o peso da urgência para a ação. Nessas condições os problemas mais de fundo foram deixados em segundo plano pelos próprios protagonistas. As discussões mais acaloradas verificaram-se em torno de duas questões táticas. A primeira delas era a da participação nas eleições da Assembléia Constituinte. Embora a posição da direção da Liga, exposta por Levi, fosse a de participar, uma grande maioria de delegados apoiou o boicote, defendido por Ruhle, dos IKD. Os delegados da Liga Spartacus (83) eram muito mais numerosos que os dos IKD (29), mas a moção de Ruhle foi aprovada. Isso se deve às características da nova geração de militantes da Liga, operários jovens, recrutados pelo entusiasmo que votavam a Liebknecht e pela sedução que lhes inspirava o feito dos bolcheviques. Nunca tendo participado de uma organização de massas, odiavam a burocracia sindical e acreditavam ser coisa fácil retransmitir esse ódio a toda a massa. Não era pois surpreendente que estivessem politicamente mais próximos dos IKD do que dos dirigentes spartaquistas.

Resultado análogo teve a discussão tática sobre "lutas econômicas". Uma parcela dos IKD havia desenvolvido a proposta das "uniões operárias", organização que superaria a dicotomia entre o político

e o econômico, e se manifestou, através de Frölich, contra a participação nos sindicatos, então hegemonicamente conduzidos pelos social-democratas. A maioria dos congressistas apoiou essa posição. Porém fiel ao seu espírito libertário, essa maioria não se preocupou absolutamente em traduzir sua força em peso na direção da nova organização, que foi formada pelos tradicionais dirigentes spartaquistas, e apenas Frölich, representando a maioria, fazia parte dela.

Pela mesma razão aplaudiram entusiasticamente a exposição do "Programa" do novo partido, feita por Rosa, e aprovaram-no. Aí, sob o título "O que quer a Liga", ela desenvolvia no entanto idéias que não apenas confirmavam indiretamente suas críticas à revolução russa, como se contrapunham às decisões táticas aprovadas. Ela retomava a questão do "terror" afirmando: "A revolução proletária não implica terror nos seus objetivos, e odeia e tem horror ao assassinato. Ela não precisa derramar sangue, ela não ataca os seres humanos e sim as instituições e as coisas". E concluía com uma frase que viria a se transformar na pedra de toque das divergências dentro do KPD nos anos seguintes: "A Liga Spartacus somente tomará o poder se isso corresponder à vontade clara e inequívoca da grande maioria das massas proletárias de toda a Alemanha". (Note-se que na Alemanha 68% da população eram assalariados e 2/3 dela viviam nas cidades.)

As posições e as sensibilidades do pensamento de Rosa eram bem diferentes das dos bolcheviques.

Estes tinham posições mais próximas das dos “comunistas internacionalistas”, apesar de diferenças também importantes. A historiografia comunista oficial desenvolvida hoje na Alemanha Oriental, seguindo um procedimento oriundo do stalinismo, quer fazer crer que a Liga Spartacus foi o ascendente bolchevique do KPD. Entretanto durante muitos anos Rosa Luxemburg foi identificada pelos stalinistas como “esquerdista” e “espontaneísta”, e numa história do KPD, escrita em 1932, a eliminação de todos os opositores de Stalin é descrita como “luta ideológica contra a tradição luxemburguista”. Mais tarde sua memória foi recuperada apesar de sempre serem destacados, junto aos seus méritos, “seus erros”.

Ora, durante a república de Weimar, a questão mais importante a ser equacionada pelo partido comunista era a da verdadeira natureza do reformismo social-democrata, para poder chegar a formas superiores de unidade operária. Se tivesse partido das contribuições de Rosa o novo partido estaria mais bem aparelhado para analisar seu terreno de ação. Tendo no entanto prevalecido, ao cabo de alguns anos, a concepção de Lenin e Pannekoek, os comunistas alemães terminaram por confundir o reformismo operário com as outras correntes burguesas. E mais ainda: seguindo um método inaugurado por Lenin e consagrado pelo stalinismo, eles terminaram por atribuir a toda e qualquer oposição interna à linha oficial da direção o caráter de agente da burguesia no seio do partido proletário. A tese da “aristocracia operária” parecia fornecer os fundamentos

científicos dessas classificações. Veremos como, no período subsequente, os embates entre o pensamento de origem luxemburguista e o de origem leninista foram definindo o estilo de ação dos comunistas, com a vitória do segundo sobre o primeiro.

O papel de Levi durante os dois primeiros anos do Partido Comunista

O assassinato dos principais líderes do KPD — Rosa, Liebknecht e Jogiches — ao qual se acrescentou a morte de Mehring, deixou-o com uma direção enfraquecida, onde somente Levi podia tentar estabelecer o elo de ligação. Além disso, tendo boicotado as eleições para a Assembléia Constituinte, o partido via-se na ilegalidade e frente a dois fortes partidos operários, o SPD e o USPD.

Os sangrentos acontecimentos de janeiro e março de 1919 fizeram no entanto com que alguns dirigentes refletissem sobre as opções definidas no congresso de fundação. Entre eles em primeiro lugar Levi, que havia sido entre os spartaquistas aquele que mais próximo estivera dos bolcheviques; ele agora reaproximava-se da visão de Jogiches e Rosa. Assim, liderada por Levi, a direção do partido chegou à conclusão da urgência de liberá-lo das posições, do estado de espírito e da composição militante que

havam prevalecido em sua fundação, sob o risco de entrar por um caminho aventureirista. Era a única forma de poder aparecer como uma alternativa viável para as massas operárias que então seguiam o USPD. Dentro dessa orientação Levi apresentou ao II Congresso do KPD, realizado em Heidelberg, em outubro de 1919, teses que integravam a ação parlamentar e sindical como requisito para pertencer ao partido. Vitoriosas por pequena maioria de votos, as teses aprovadas tiveram como resultado a primeira cisão do partido comunista. A corrente esquerdista partiu e formou mais tarde, em abril de 1920, o Partido Operário Comunista Alemão (KAPD).

As posições dessa corrente estavam inspiradas sobretudo em Pannekoek e Gorter. Eles acreditavam que as tentativas dos comunistas de ganhar amplos setores da social-democracia eram prova de que haviam abandonado o verdadeiro bolchevismo e caído no oportunismo. Para eles era necessário que o partido fosse um núcleo “resistente como aço e puro como cristal” (Gorter, *Resposta a Lenin*). Tanto Lenin quanto Radek, enviado da Internacional Comunista à Alemanha, desaprovaram a iniciativa de Levi em Heidelberg. Naquele momento o esquerdismo era visto por Lenin como um “desvio devido à juventude, uma doença de crescimento”, termos com que trata do tema em seu famoso texto de abril de 1920, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

O partido comunista saiu bastante enfraquecido dessa cisão, mas começou a trabalhar daí por diante para conquistar a massa de militantes social-demo-

cratas independentes que se radicalizava cada vez mais. Em março de 1920, quando o golpe de Kapp frustrou-se pela resistência operária encabeçada pelo social-democrata Legien, vimos como reagiu o KPD: à proposta de um governo dos dois grandes partidos operários — SPD e USPD — a direção comunista formulou, com grandes hesitações, a “declaração de oposição leal”. Entendendo que não existiam ainda bases sólidas para a ditadura do proletariado, a resolução afirmava: “...a constituição de um governo socialista sem qualquer elemento burguês ou capitalista criaria condições extremamente favoráveis para a ação enérgica das massas, permitindo-lhes atingir a maturidade de que necessitam para realizar sua ditadura política e social”.

Embora essa resolução, em seguida rejeitada pelo Comitê Central, não tenha tido consequência prática, sua importância é enorme, pois trata-se da primeira ocasião em que o movimento comunista colocou o problema de um governo transitório — um “governo operário” — antes da tomada do poder. Por isso ela suscitou uma discussão apaixonada no movimento comunista, opondo Levi a Radek e Frölich. A discussão foi prematuramente bloqueada quando Lenin, em *O esquerdismo...*, pronunciou-se favoravelmente à “declaração”, mas de maneira ambígua, referindo-se apenas à sua oportunidade tática. Ele continuava então afirmando que os social-democratas eram agentes da burguesia no seio do movimento operário.

As tentativas do KPD, de ganhar amplos setores

do USPD, foram materializadas quando no congresso deste último partido, realizado em Halle em outubro de 1920, uma maioria de delegados optou pela adesão à Internacional Comunista. A adesão se fazia nos termos impostos pelas "21 condições de admissão dos partidos à Internacional", documento aprovado no seu II Congresso, em julho de 1920, que se havia transformado na peça chave de ação dos comunistas. Esse documento integrava como premissa a idéia de que a base social do reformismo, a aristocracia operária, estava diminuindo na medida em que a crise social e econômica do pós-guerra se estava alastrando na Europa. Acreditavam, assim, que os chefes reformistas estavam completamente isolados e que bastaria surgir um partido, embora minoritário, que avançasse as palavras de ordem da revolução: o processo revolucionário era iminente e irreversível. Foi a partir de então que a revolução russa foi codificada pelas lentes bolchevistas e transformada em modelo obrigatório. Se de fevereiro a outubro os bolcheviques haviam ganho a maioria nos sovietes ao lançar a palavra de ordem de "pão, terra e paz", deixando para trás os socialistas revolucionários e os mencheviques, assim também seria em toda a Europa ocidental. Com as "21 condições" os comunistas propunham como meio preferencial de construir um partido que os militantes socialistas simpatizantes da IC "desembarçassem" suas organizações dos chefes reformistas, excluindo-os. Os reformistas e os "centristas" (isto é, os que vacilavam em romper com os reformistas) eram considerados

“inimigos de classe”, “agentes da burguesia entre os proletários”.

Portanto, quando os militantes do Partido Social-democrata Independente decidiram aderir à IC, tiveram de aprovar as “21 condições”. O congresso de Halle transformou-se na arena de debate entre os comunistas russos e os social-democratas. Lozowski e Zinoviev, representando a IC, digladiaram-se com Hilferding e Kautsky, delegados da minoria que não aceitava as “21 condições”. Mas a discussão girou sobretudo em torno do centralismo, ou seja, da “ditadura de Moscou”, como diziam estes últimos. Com a adesão de mais de metade de um partido que tinha então cerca de 800 000 militantes, o KPD tornou-se, quando da fusão oficial em dezembro de 1920, o segundo partido operário da Alemanha.

Pouco tempo depois, em janeiro de 1921, o KPD tomou outra iniciativa histórica, e que vinha no sentido das reflexões e sensibilidades suscitadas pela “declaração de oposição leal”. Em Stuttgart, onde os comunistas tinham peso no sindicato dos metalúrgicos, um militante do KPD, membro da direção sindical, propôs uma plataforma com reivindicações comuns a toda a classe, com o intuito de apresentá-la às direções sindicais nacionais. O KPD publicou e deu todo apoio à plataforma, e em seguida elaborou uma “carta aberta” a todos os partidos e sindicatos operários, propondo ações conjuntas em torno de algumas reivindicações políticas e econômicas comuns. A “carta aberta” foi rejeitada por todas as organizações, mas teve muita ressonância nas bases,

cujo maior anseio era a unidade da classe operária para a ação. Mais uma vez essa iniciativa provocou grande polêmica por parte das correntes esquerdistas na Alemanha (KAPD e uma “nova esquerda” que se havia formado dentro do próprio partido, com Ruth Fischer na liderança), e também na Internacional, por parte de Zinoviev, Bukharin e outros. Propor ações conjuntas ao partido que representava a burguesia no seio da classe operária era equivalente a fazer perigosas concessões ao reformismo, pensavam os opositores. Desta vez Lenin também interveio favoravelmente à “carta aberta”, ao insistir para que ela fosse colocada na agenda de discussão do III Congresso mundial. Mas entre janeiro e julho, data do congresso, a Alemanha e o movimento comunista foram sacudidos pelo impacto da “ação de março” e suas dramáticas conseqüências.

No seio do KPD a evolução propugnada por Levi era secundada principalmente por Clara Zetkin e pelos dirigentes oriundos do grupo dos “delegados revolucionários”, como Daümig e outros. Mas ela encontrava bastante resistência por parte da “nova esquerda”, e no nível da Internacional, de Radek e Zinoviev. Tudo complicou-se ainda mais quando um outro assunto gerou oposição entre Levi e os representantes da IC: a avaliação da cisão do Partido Socialista Italiano, em janeiro de 1921, dando origem ao partido comunista. Opondo-se à tática da IC de “excluir” a maioria constituída de reformistas e sobretudo de “centristas”, Levi começou então a constatar explicitamente as “21 condições”, para ele

fulcro de uma visão “mecanicista” da construção de uma organização. Nessa mesma oportunidade ele abordou uma questão que muito iria irritar os comunistas russos: o tipo de liderança que eles estavam impondo aos comunistas europeus, com modelos e fórmulas acabadas, e os métodos conspirativos e pouco democráticos que estavam usando para fazer vencer suas posições.

Essa polêmica entre Levi e os representantes da IC foi levada para dentro do KPD, e o dirigente alemão, não se sentindo apoiado internamente, retirou-se da direção com sua equipe. Sua saída em meados de março quase coincidiu com a “ação de março” suscitada pelos que defendiam a “teoria da ofensiva revolucionária”: os húngaros Rakosi e Bela Kun, ambos chegados à Alemanha como enviados da Internacional, e apoiados no mesmo tipo de visão de Radek. Para eles, diante de uma situação objetiva de crise, o partido devia “dar o exemplo”, “despertar a classe operária”, “forçar a revolução”. Rakosi ia mais longe ao ligar mecanicamente a sorte da revolução alemã às necessidades imediatas da URSS. Em seu pior momento até então, logo após a guerra civil, a Rússia encontrava-se em situação econômica de penúria e em total isolamento internacional. Ela necessitava, segundo ele, de mobilizações operárias no ocidente, e o novo partido alemão saído da fusão com o USPD, com seus quase 500 mil militantes, era o mais indicado para cumprir essa tarefa. Nas discussões preparatórias do “assalto revolucionário” com os dirigentes alemães, foram aventadas várias

hipóteses, inclusive a de fabricar “falsos atentados” que provocassem a indignação da classe operária.

O pretexto para a “ação de março” foi dado, como vimos, pela atuação da polícia na região mineira de Mansfeld, sob o comando do governo local social-democrata. Mas o KPD não conseguiu arrastar quase ninguém com a palavra de ordem de “greve geral e resistência armada”. Nas semanas seguintes, como efeito da repressão, da desmoralização e do desencanto dos militantes frente à ação aventureira, mais de 200 mil aderentes abandonaram o partido.

As conseqüências desastrosas da “ação de março” receberam um tratamento muito diferenciado por parte das diversas tendências do comunismo alemão. A nova direção e os delegados da IC explicavam o fracasso com produto da “traição da social-democracia” ou como “incompreensão do proletariado”. Entretanto Levi, vendo ruir a organização pela qual ele havia batalhado durante dois anos, não limitou suas críticas ao interior do partido e publicou a brochura *Nosso caminho: contra o golpismo*. Nesse texto ele atacava duramente os enviados da Internacional, atribuindo-lhes, e aos seus métodos conspirativos e pouco democráticos, a causa do desastre. Retomando a afirmação de Rosa no “Programa”, ele lembrava que enquanto era um partido minoritário na classe, o comunismo não poderia cair no erro de se engajar numa luta no lugar do proletariado ou até mesmo contra ele.

A resposta do KPD, apoiada pela direção internacional, foi a expulsão de Levi. Mas este voltava em

seguida à carga publicando um novo texto: *O que é crime? A ação de março ou a sua crítica?* Nessa ocasião ele trouxe à tona outras idéias de Rosa Luxemburg contra a linha agora aplicada pelos comunistas. Contra as “21 condições” ele argumentava que na Europa ocidental um partido de massas nunca poderia ser criado por obra de regulamentos, e sim pela interação direta com o movimento de massas. Além disso colocava claramente em causa o “modelo bolchevique” de construção do partido e a idéia da “aristocracia operária”. Com esse instrumental corria-se o risco de cristalizar uma divisão entre o “partido comunista” e o “partido reformista”, entre os operários mal pagos e os qualificados, entre os não-sindicalizados e os sindicalizados. Um partido de massas não podia ser criado a partir do aprofundamento da estratificação econômica no seio do próprio proletariado.

A atitude contestatória de Levi produziu indignação em todos os comunistas, inclusive nos que, como Lenin, começavam a estar taticamente de acordo com ele. A partir da “ação de março” Lenin queria combater duramente a “teoria da ofensiva revolucionária”, mas continuava achando que o esquerdismo era uma “doença infantil”. Quanto a Levi, sem aceitar suas premissas, Lenin concordava com suas posições e queria recuperá-lo. Em conversa com Clara Zetkin ele vaticinava a Levi um período de marginalização e penitência, após o qual poderia ser integrado novamente ao movimento comunista. Mas a sua atitude conciliante foi posta de lado quando

Levi publicou pela primeira vez, meses mais tarde, o artigo já citado de Rosa Luxemburg "A revolução russa", com as críticas à atuação dos bolcheviques. A partir de então, para Lenin e para o comunismo, Levi tornou-se um "renegado", equiparado a Kautsky e a Scheidemann, enfim "um agente da burguesia".

No III Congresso mundial, realizado em julho de 1921, a "teoria da ofensiva revolucionária" seria negada e teria início uma guinada importante na tática da IC no sentido das idéias que Levi desenvolvera desde 1919, e que iria desembocar na frente única operária. Mas a expulsão de Levi seria confirmada.

A tática da frente única

O III Congresso da IC representou uma mudança substancial nas posições que tinham sido estabelecidas a partir de sua fundação. Tal mudança, se não foi determinada, estava ao menos muito condicionada pelo impasse enfrentado pelo Estado soviético depois do fim da guerra civil. Até então a sua própria subsistência havia estado hipotecada ao sucesso da revolução no mundo ocidental. Mas a sucessão de derrotas, culminando na "ação de março", levou os dirigentes russos a considerar um desenlace revolucionário como um acontecimento menos próximo. Isso coincidiu com a verificação de diversos problemas que se haviam acumulado na Rússia. Ter-

minada a guerra civil, as requisições de víveres aos camponeses apenas surtiam o efeito de provocar focos de rebelião e sabotagens no fornecimento às cidades. Nas fábricas a produção estava praticamente paralisada e o mercado negro florescia.

No início de março a crise ganhou contornos dramáticos com a rebelião dos marinheiros da base naval de Kronstadt, bastião dos bolcheviques durante a revolução. Agora eram os anarquistas e, em menor medida, os socialistas revolucionários de esquerda que conduziam uma luta por reivindicações de democratização política e maior flexibilidade na economia. Porém os dirigentes russos optaram por reprimir sangrentamente a revolta. Enquanto reprimiam, definiam no X Congresso do partido comunista russo uma “nova política econômica”. Com a NEP, a política das requisições, chamada “comunismo de guerra”, era substituída por regras que davam margem ao livre exercício do comércio, à produção sob regime de propriedade privada no campo e na cidade, e aos investimentos estrangeiros, embora ambos controlados pelo Estado. Ao mesmo tempo o X Congresso, sob proposição de Lenina, proibia formalmente a constituição de frações dentro do partido, decisão cujas conseqüências históricas seriam determinantes para o comunismo. Assim, enquanto satisfaziam com a NEP as reivindicações econômicas dos marinheiros rebeldes, o partido russo sufocava em sangue suas reivindicações democráticas e fazia calar as críticas internas da “oposição operária”.

A flexibilização econômica dentro da Rússia coincidiu em certa medida uma abertura na forma de conceber as relações dos partidos comunistas com as outras correntes operárias na Europa ocidental. O III Congresso da IC foi a ocasião em que a guinada teve início. Suas resoluções indicavam a compreensão de que o processo revolucionário era mais lento do que se havia originalmente pensado, que a social-democracia continuava a ter peso na classe operária, e que portanto a tarefa fundamental do momento era a de ganhar as massas para as idéias comunistas. A "carta aberta" do KPD, de janeiro de 1921, era apresentada como um modelo dessa nova tática. A idéia de participar e mesmo de conduzir lutas operárias por reivindicações imediatas ou econômicas, tarefa antes considerada própria da social-democracia, era acrescentada a de lutar pela unidade operária propondo ações comuns. Nessa ocasião subentendeu-se que a social-democracia era um partido operário, e nenhuma explicação foi dada sobre tudo o que havia sido dito desde 1914 a respeito do seu caráter burguês.

A nova tática, apesar da ambigüidade e timidez com que foi apresentada inicialmente, provocou desde o início a reação negativa da maioria dos delegados ao congresso. Dentre os dirigentes russos ela era defendida apenas por Lenin, Trotsky e Kamenev, dentre os outros somente a tendência que havia apoiado Levi a apoiava. Os italianos, que haviam aplicado fielmente as "21 condições", demonstraram uma particular hostilidade a ela; para eles, a idéia de

ganhar a maioria do proletariado para então desencadear ações revolucionárias era própria dos reformistas.

Em seguida ao III Congresso o KPD foi levado, por uma série de circunstâncias, a aplicar as diretrizes aí definidas. O assassinato do deputado do centro católico, Erzberger, deu lugar à primeira de uma série de ações unitárias de protesto dos vários partidos operários alemães, e os comunistas passaram a incentivá-las. Muitos dirigentes que até então haviam defendido a "teoria da ofensiva", mudaram de posição. Com base na prática do partido alemão a Internacional Comunista definiu, em março de 1922, a "tese sobre a frente única". Nela os comunistas são chamados a impulsionar ações e campanhas, junto com outros partidos, desde que lhes sejam preservadas a independência orgânica e a liberdade de crítica.

Entretanto a frente única foi apresentada, mais uma vez, envolvida num manto de ambigüidade. Isso devia-se principalmente à tentativa de provar que ela era correta porque havia caracterizado a prática do bolchevismo "durante os 15 anos que medeiam seu surgimento e sua vitória (1903-1917)". As "uniões" e "acordos" com os mencheviques durante esses anos foram apontados como exemplos de frente única. Ora, isso somente serviu para criar confusão e incompreensão. Durante o czarismo os mencheviques mantiveram relações com seus militantes e simpatizantes essencialmente diferentes do caso alemão. Nunca atuaram sob um regime parlamentar, nunca foram veículos de concessões que a burguesia fazia

aos operários, como no caso da social-democracia. Não havia tampouco na Rússia czarista um passado e uma tradição de lutas democráticas coroadas por conquistas efetivas para a classe, nas quais um partido reformista tivesse participado e conduzido amplos setores dela. Neste caso a ligação dos chefes reformistas com as massas tinha um solidez que era desconhecida na Rússia pré-revolucionária. A frente única era uma tática surgida na Alemanha, frente ao fato concreto de uma divisão duradoura e insuperável entre comunistas e social-democratas. Essa divisão teve origem em fatos que envolveram a Primeira Guerra Mundial e as experiências revolucionárias do pós-guerra, e não havia qualquer paralelismo entre ela e as divergências que separavam bolcheviques e mencheviques antes da revolução russa. Isso reforçou o ponto de vista dos que não haviam aceitado a frente única. Os comunistas italianos, por exemplo, que haviam “excluído” os reformistas e os “centristas” na sua “cisão revolucionária”, não podiam aceitar o que acreditavam ser a reunificação, a volta atrás no seu passado.

Em dezembro de 1922, no IV Congresso mundial, o último realizado com Lenin em vida, os comunistas deram mais um passo na mesma direção ao definir as questões relativas às reivindicações de transição, e em particular a uma delas, a do governo de transição, um “governo operário”. Nessa oportunidade a famosa “declaração de oposição leal” do KPD foi novamente a ilustração desse elemento tático. Em carta anterior à realização do congresso,

Radek, que mudando de posição se havia também transformado no mais ardente defensor da frente única, definia assim o "governo operário": "Esse passo só pode ser dado se a massa compreende que nós queremos mudar as coisas da maneira que é possível hoje, isto é, não através da propaganda sobre o que nos separa dela, e sim da realização e do aprofundamento daquilo que as massas consideram como uma saída possível para esta situação".

A revolução de 1923

O ano de 1923 na Alemanha iria ser o palco de várias experiências políticas entrelaçadas, uma delas sendo a da aplicação da frente única numa situação revolucionária. Em relação à situação criada após a invasão francesa, é surpreendente que tanto os comunistas russos quanto os alemães tenham-na encarado de forma corriqueira, sem aventar a possibilidade de ela assumir um caráter revolucionário. Os russos viam a invasão do ponto de vista da correlação de forças na Europa, preocupados em saber se ela não seria o preâmbulo de uma nova guerra para liquidar a Alemanha. Depois do tratado de Rapallo a Alemanha era uma peça chave para as relações internacionais russas.

Mais tarde, numa importante reunião da Internacional Comunista, em junho, a situação na Alemanha continuava sendo encarada de forma roti-

neira. O principal tema discutido era o fascismo, e Radek e Clara Zetkin tentaram compreender o fenômeno que se delineava sobretudo na Itália. Quanto à Alemanha a única questão discutida foi o que se chamou de “questão nacional”. Nela, ao lado da compreensão de que o nazismo como movimento de massas era a conseqüência do empobrecimento da pequena burguesia, golpeada pela inflação e pelo tratado de Versalhes, aparecia uma constatação *sui generis*, oriunda das primeiras análises de Lenin sobre o tratado: a do “papel revolucionário” da burguesia alemã em sua resistência contra o imperialismo dos aliados, e a do caráter revolucionário intrínseco do movimento nacionalista.

Nessa ocasião Radek fez uma intervenção que teria conseqüências de peso. Referindo-se ao militante nazista Schlageter, fuzilado nessa época pelos franceses, classificou-o de “valente soldado da contra-revolução, que merece de nossa parte, soldados da revolução, uma homenagem sincera”. Embora a estupefação tenha ganho amplos setores do movimento comunista, a maioria dos militantes alemães das várias tendências esteve de acordo em aplicar o que se chamou de “linha Schlageter”: estimulavam debates públicos com nazistas em revistas, reuniões e comícios. Alguns aceitaram o diálogo. Mas o intercâmbio foi cortado pouco depois pelos chefes nazistas. A “linha Schlageter” provocou uma incompreensão justificada e um desencanto em muitos setores. Seus objetivos — ganhar adeptos do nazismo — foram alcançados em escala tão reduzida que o saldo

geral foi negativo. Tanto mais que a social-democracia utilizou essa infeliz tática para desmoralizar os comunistas.

A atuação do KPD em 1923 se caracterizava portanto pela confusão. Não é pois surpreendente que a greve geral de agosto, que provocou a queda do governo Cuno, tenha pegado os comunistas completamente despreparados. Mas na União Soviética a virada foi rápida, e logo em seguida, estimando agora que a situação era revolucionária, a IC convocava uma reunião para discutir expressamente com a direção alemã um plano de insurreição. Todos os meios materiais, políticos e orgânicos foram então colocados à disposição dos comunistas alemães. Detalhes que só poderiam ser resolvidos na própria Alemanha foram examinados, e os principais dirigentes alemães estiveram ausentes cerca de 6 semanas. Nesse período crucial o novo primeiro-ministro, Stresemann, conseguiu eliminar os principais pontos de fricção que impediam a retomada do desenvolvimento econômico. Mas o KPD tentou pôr em prática o plano estabelecido como se a situação tivesse permanecido estática.

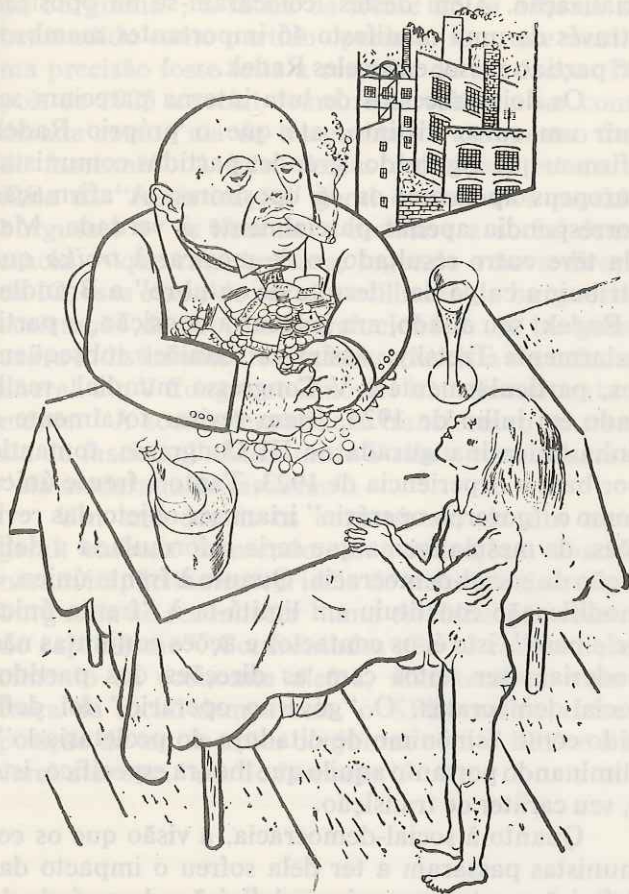
O plano previa que a insurreição deveria partir dos estados de Saxe e Turíngia, onde os social-democratas de esquerda detinham o governo. Quando Brandler propôs numa conferência operária em Chemnitz a greve geral para a defesa e os social-democratas não aceitaram sequer a discussão, ele retirou a proposta. Nisso consistiu o que mais tarde, sob a pressão das lutas internas, passaria à história

do movimento comunista como a “capitulação de Brandler”.

A revisão da frente única

Logo após a tentativa frustrada de insurreição, a versão sobre os acontecimentos era comum nas diversas tendências dentro do KPD e no seio da IC. Mas pouco depois, entre novembro e dezembro, a situação mudou radicalmente e a “capitulação de outubro” tornou-se o eixo do debate. No partido alemão surgiram novas apreciações e a unanimidade se desfez.

Por outro lado, dentro do partido russo a luta de tendências exacerbava-se mesmo antes da morte de Lenin, em janeiro de 1924. Durante a prolongada doença que o havia marginalizado, o secretário geral do partido, Stalin, havia conseguido isolar Trotsky do centro de decisões, constituindo com Zinoviev e Kamenev o que se chamou de *troika*. Mas além disso a sociedade russa via-se novamente em meio a uma crise econômica de grandes proporções, com os camponeses enriquecidos e fortalecidos pela NEP sabotando o fornecimento às cidades. Nessas circunstâncias, enquanto Trotsky concentrava sua oposição no debate sobre a democracia interna, um de seus seguidores, Preobajenski, desenvolvia mais especificamente a crítica à NEP tal como ela havia sido aplicada, e pedia o reforçamento dos planos de indus-



Este desenho de George Grosz exprime a miséria e a fome do povo alemão em 1923.

trialização. Além destes, colocaram-se na oposição através de uma manifesto 46 importantes membros do partido russo, entre eles Radek.

Os dois processos de luta interna pareciam seguir um curso distinto, até que o próprio Radek afirmou que alguns dos grandes partidos comunistas europeus apoiavam os 46 opositores. A afirmação correspondia apenas parcialmente à verdade. Mas ela teve outro resultado, o de mostrar à *troika* que atribuir a culpa da “derrota de outubro” a Brandler e Radek, seu aliado, era golpear a oposição, e particularmente Trotsky. Assim as reuniões subsequentes, particularmente o V Congresso mundial, realizado em julho de 1924, iriam revisar totalmente a linha tática inaugurada no III Congresso, tomando por base a experiência de 1923. Tanto a frente única como o “governo operário” iriam ser objeto das revisões, da mesma forma que seria reformulada a definição da social-democracia. Quanto à frente única, a modificação constituiu em limitá-la à “frente única pela base”, isto é, os contactos e ações conjuntas não poderiam ser feitos com as direções dos partidos social-democratas. O “governo operário” foi definido como “sinônimo de ditadura do proletariado”, eliminando portanto aquilo que lhe era específico, isto é, seu caráter de transição.

Quanto à social-democracia, a visão que os comunistas passaram a ter dela sofreu o impacto das definições anteriores e das indefinições do período da frente única. Se a partir de 1914 os bolcheviques haviam-na caracterizado como “traidora” e “agente

da burguesia”, a tática de frente única a havia subentendido como partido operário, sem que nenhuma precisão fosse feita a respeito da mudança. Depois de 1923 a social-democracia voltou a ser considerada como “ala da burguesia” e até mesmo “ala do fascismo”. A base dessas definições estava na idéia da “fascistização” geral de todos os partidos burgueses — os liberais, e inclusive a social-democracia — que caracterizava, segundo a nova direção da IC, essa etapa de enfraquecimento da burguesia e aceleração do processo revolucionário. A burguesia usava indistintamente a máscara fascista e a máscara liberal. No V Congresso Zinoviev iria afirmar textualmente: “A social-democracia transformou-se numa ala do fascismo”. Mais tarde Stalin a classificaria de “ala moderada do fascismo”.

Um ano depois os comunistas, de um modo geral, embora mantendo essas definições, abandonaram implicitamente a idéia de enfraquecimento da burguesia ao reconhecer “uma estabilização relativa do capitalismo”. Confrontados não só com o florescimento da economia alemã, mas também com a força da social-democracia, o KPD oscilou entre a posição de tentar ações conjuntas com o SPD e a de combater essa “ala do fascismo”.



DE 1930 A 1933: PRELÚDIO AO NAZISMO

A prosperidade alemã e o governo social-democrata

A recuperação econômica da Alemanha, iniciada a partir de fins de 1923, chegou ao seu ápice entre 1927 e 1928. Em 1927 a produção global voltou a atingir o nível de 1913, e continuou crescendo até que, em 1929, antes da crise de outubro, ultrapassou aquele nível em 15%. Esse estado de coisas trouxe consigo um aumento considerável do peso da social-democracia. O primeiro fator que ilustra esse fenômeno é o fato de que os próprios representantes dos industriais começaram de novo a achar conveniente que a social-democracia participasse do poder. A essa opinião juntou-se a do ministro das Relações Exteriores, Stresemann, para quem a necessidade de

fortalecer sua política externa indicava como solução formar um governo de "grande coalizão", no qual os social-democratas não poderiam faltar. Assim sendo, com o pretexto de divergências sobre uma reforma na educação, o parlamento foi dissolvido antecipadamente. As eleições realizadas em maio de 1928 deram uma vitória estrondosa ao SPD, que superou a votação que havia obtido em 1919, voltando a ser o grande partido da classe operária. Além disso elas marcaram a vitória das forças que defendiam a república: o Partido Popular Alemão, os democratas e o centro católico. Com estes Hermann Müller, do SPD, formou o governo de "grande coalizão" desejado por Stresemann. Os comunistas tiveram também uma votação significativa, que contrastava com o decréscimo da votação da direita, desde o Partido Nacional Alemão, agora liderado pelo direitista Hugenberg, até o Partido Nacional-socialista de Hitler.

Mas sob o véu de otimismo que envolvia o período, densas nuvens se acumulavam. Já assinalamos em que medida as injeções de investimentos americanos propiciados pelo plano Dawes haviam deixado a Alemanha dependente e frágil. Paralelamente, o processo chamado de racionalização se encarregara de aumentar a produtividade, eliminando todo o emprego ocioso de mão-de-obra. Em virtude disso, apesar de o número de assalariados continuar aumentando (em 1928 eram 28 milhões), houve uma presença constante de desempregados: oficialmente 1 milhão e 400 mil nesse mesmo ano.

A racionalização era acompanhada do desen-

volvimento de técnicas inovadoras. Nessa época surgiram os primeiros tecidos sintéticos e se aperfeiçoaram os métodos de impressão em rotativa. É dado um grande impulso à pesquisa científica, bem como às experiências artísticas que marcaram a república de Weimar, como na arquitetura o movimento do *Bauhaus*, no cinema o expressionismo, no teatro as peças de cunho político de Erwin Piscator, Ernst Toller e Brecht, além do desenvolvimento da pintura (Klee e Kandinsky), da música (Schoenberg) e da filosofia (Husserl e Heidegger). A participação do Estado federal e das administrações estaduais nos negócios e na produção, bem como o desenvolvimento das obras públicas e sociais, espalharam pelo país um ar de progresso e fartura.

Mas essa expansão tinha uma base frágil. A maior parte da produção estava voltada para a exportação, que havia aumentado em 74% em relação aos primeiros anos após a guerra. Mas na verdade a parte da Alemanha no comércio mundial havia diminuído, como a de toda a Europa, perdendo lugar para os americanos. Além disso, um dos efeitos do modelo econômico seguido e da racionalização foi o aumento do setor terciário. Assim, embora tenha aumentado o número de assalariados na indústria, esse aumento não foi proporcional. Também o número de trabalhadores no campo cresceu, mas não na mesma proporção dos assalariados do setor terciário. Esse elemento vinha quebrar relativamente a força que tradicionalmente a classe operária havia exercido na Alemanha.

A esses problemas ligados ao tipo de estrutura econômica que se havia desenvolvido, juntavam-se outros relacionados com a resolução da herança do tratado de Versalhes. Para todos os alemães, e em particular para a extrema direita, as cláusulas ainda vigentes do tratado continuavam a ser insustentáveis. A Renânia ainda parcialmente ocupada pelos franceses, o pagamento de reparações, e para o exército, a limitação no rearmamento eram os pontos denunciados. O resultado das eleições de 1928 parecia demonstrar ao mundo que os alemães estavam firmemente decididos a defender a república. Nessas condições uma reequação do plano Dawes, visando a tornar mais leve o pagamento das reparações, começou a ser elaborada. Em junho de 1929 o plano Young substituía o anterior. Através dele e dos acordos de Haia, nos meses seguintes, ficou estabelecido que a França desocuparia sucessivamente três zonas da Renânia. Quanto às reparações, foi decidido que elas seriam pagas por somas precisas escalonadas até 1988. Restava ainda do tratado de Versalhes a zona desmilitarizada. Essas modificações eram obra da política externa de Stresemann.

Mas nem por isso elas pacificaram a extrema direita, que protestava contra a hipoteca da Alemanha por 59 anos e contra a recuperação ainda incompleta de territórios, principalmente o "corredor polonês" (Dantzig). Em pouco tempo a luta contra o plano Young mobilizou uma campanha que realizou a unidade da extrema direita, sobretudo o Partido Nacional Alemão de Hugenberg, e o Partido

Nacional-socialista de Hitler. Reunidos na Frente Única Nacional em julho, eles tentaram fazer aprovar uma lei contra o plano.

A ascensão do social-democrata Müller à cabeça do governo ilustrou o ápice da prosperidade econômica da Alemanha de Weimar. Apesar disso os conflitos não foram eliminados, e o mais importante deles aconteceu no 1º de maio de 1929. Nessa data, pela primeira vez o governo social-democrata decidiu proibir a tradicional manifestação de rua. Diante dos protestos a proibição foi levantada, menos na Prússia, onde o encarregado da segurança pública de Berlim, Zörgiebel, fez questão de mantê-la. Os comunistas decidiram apesar disso manifestar, e o resultado foi uma grande repressão, com um saldo de 33 mortos e muitos feridos. Esse episódio ficaria conhecido como o "1º de maio sangrento" e seria um dos argumentos de peso que os comunistas usariam para qualificar os social-democratas de "social-fascistas".

Assim se caracterizava a cena sócio-política que antecedeu imediatamente o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929. A crise, que teve efeitos mundiais fulminantes, golpeou a Alemanha de forma especial devido à sua estrutura econômica, dependendo inteiramente de empréstimos e voltada para as exportações. Diante da nova conjuntura os capitais americanos se retiraram e os empréstimos foram renovados a um prazo muito curto. Além disso os mercados estrangeiros fecharam-se para a importação de produtos alemães. À queda das exportações

somou-se a dificuldade para a importação de matérias-primas, o que levou imediatamente a despedimentos em massa, e mesmo à bancarrota de certas indústrias.

Todos esses fatores, presentes desde o primeiro momento de crise mundial, foram se acelerando até 1932. A produção industrial, tomando por base o índice 100% para 1929, baixou para 88,3% em 1930, 71,7% em 1931, 59,8% em 1932 e 66,8% em 1933. O número de desempregados, que em 1929, antes da crise mundial, já havia chegado a cerca de 3 milhões, atingiu o número de 6 milhões no início de 1932. Isso correspondia então a pouco menos de 1/3 do total dos assalariados. E entre os desempregados, 44,9% eram membros dos sindicatos. Por isso os sindicatos, tal como já havia acontecido em 1923, perderam seu papel social.

A reação dos industriais diante dessa situação foi mais uma vez a de fazer recair sobre as costas dos trabalhadores o peso da crise. Eles procuraram então fazer o governo eliminar ou diminuir as pensões aos desempregados e as ajudas sociais, e encurtar o período de recebimento delas. Por sua parte, tentaram diminuir os salários e alongar a jornada de trabalho, contrapondo-se frontalmente a convenções coletivas.

A crise econômica atingiu diretamente o governo Müller e levou à queda do ministro das Finanças, Hilferding. O governo ficou ainda mais fraco na medida em que, alguns dias antes do estouro da Bolsa de Nova Iorque, havia morrido Stresemann, o arquiteto da república burguesa de Weimar, que

desde 1923 havia ocupado ininterruptamente o Ministério das Relações Exteriores. Assim, em seguida à queda de Hilferding, sem uma saída externa e cedendo às pressões dos parceiros burgueses, o governo de "grande coalizão" pretendeu resolver a situação reduzindo as pensões dos desempregados e adotando outras medidas radicais. Mas a fração parlamentar do SPD e os dirigentes sindicais colocaram-se contra essa solução. Sem apoio da social-democracia para o governo, o gabinete Müller teve de demitir-se em março de 1930. Esses quase dois anos de governo liderado pela social-democracia constituem também o último período de democracia parlamentar da república de Weimar. O novo governo, encabeçado pelo deputado do centro católico Brüning, viria a ser conhecido como o início da decadência republicana.

A "era de Brüning" e os partidos operários

O começo do fim da república, como foi definido o governo Brüning, se manifestou no fato de que, a partir de então, o primeiro-ministro viria a governar sem se apoiar no parlamento: não dispondo de uma maioria ele exerceria o poder por decretos, valendo-se do artigo 48 da Constituição, que fazia-o depender diretamente do presidente Hindenburg. Brüning pretendeu, de um lado, aplicar uma rígida

política deflacionária que reequilibrasse a balança de pagamentos às expensas dos trabalhadores. De outro lado ele supôs poder governar sem o parlamento, e apenas empossado não teve pudores em afirmar que o dissolveria na primeira divergência que surgisse. De fato a ocasião chegou rapidamente, apesar de toda a boa vontade dos social-democratas em chegar a um acordo. Aos dois meses de seu governo Brüning propôs diversas medidas, a maioria das quais foi aceita, com exceção da que previa a redução das pensões dos funcionários. Diante disso ele dissolveu o parlamento e convocou novas eleições para setembro.

Os resultados, completamente diferentes dos de 1928, ilustrariam com clareza a nova situação vivida pelo país a partir da crise econômica mundial. O partido que mais se aproveitaria delas seria o nacional-socialista. Os nazistas haviam conseguido canalizar para seu partido o sentimento nacionalista que era muito forte entre os alemães desde o fim da guerra. As suas ameaças brutais e a repressão física aos adversários apareciam então como sintoma de radicalismo e idealismo. Tanto mais que eles conciliavam no começo um programa com elementos renovadores — tais como a reforma agrária sem indenização, a nacionalização dos *trusts* e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — com a sua propaganda nacionalista por uma “grande Alemanha”. Apontavam tanto o tratado de Versalhes como o plano Young como os causadores da crise. Prometiam a anulação das dívidas dos camponeses e preços melhores para seus produtos, um salário mais

justo para os operários e melhores condições para o comércio. Responsabilizavam os “judeus marxistas” e os partidos republicanos que haviam assinado o tratado de paz, pela situação desesperada em que se encontrava o país. Por fim eles se aproveitaram não apenas do apoio financeiro de uma parte da indústria, como da cobertura de frações do aparelho do Estado. Até então os nazistas haviam caracterizado sua ação por provocações e atentados, sobretudo contra os operários. Grupos de autodefesa se haviam formado, principalmente entre os comunistas, e muitas vezes havia resposta à violência. Por essa época Hitler achou que era necessário demonstrar à burguesia que eles haviam escolhido a via legal, e multiplicou profissões de fé na ordem reinante. Para aplacar também os temores do patronato ele excluiu do movimento Otto Strasser, que havia liderado uma corrente plebéia.

Por sua parte os social-democratas se haviam desgastado profundamente, não apenas pelo curto período de dois anos de governo liderado por eles, mas também pelos efeitos da crise econômica. Durante toda a época de recuperação, de 1923 a 1929, a social-democracia alemã havia desenvolvido a tese do “capitalismo organizado”, da qual o porta-voz mais autorizado era Hilferding. Ele explicava da seguinte maneira, numa conferência do SPD em 1927, o significado dessa idéia: “Capitalismo organizado quer dizer que o princípio capitalista da livre concorrência foi substituído, graças a uma regulamentação social, pelo princípio socialista da planificação”. Ora, na

medida em que o Estado assumia cada vez mais funções econômicas, para Hilferding isso significava que Estado e economia se interpenetravam. E se o Estado tivesse uma direção democrática, assim também teria a economia.

Com essa visão otimista, em que a defesa da república era a peça fundamental, os social-democratas enfrentariam a “era de Brüning” e os governos subseqüentes até Hitler, dentro do princípio da estrita defesa da legalidade formal republicana. Face ao exercício do poder por meio de decretos levado a cabo por Brüning, eles responderam com a chamada “política de tolerância”, ou do “mal menor”: desde que não houvesse ruptura na forma republicana, tudo era aceitável. Assim Brüning era preferível a Hitler, e Hitler elevado ao governo por via constitucional era preferível a Hitler guindado ao poder por meio de um golpe de Estado. Por trás disso estava o temor de uma insurreição, provavelmente liderada por comunistas, que instalaria uma ditadura do proletariado semelhante à russa. Desse ponto de vista, uma grande parte dos dirigentes social-democratas via tanto os nazistas quanto os comunistas como elementos que tentavam subverter a ordem democrática. Dessa forma, historicamente, pela sua passividade, os social-democratas propiciaram a Brüning a possibilidade de governar por decretos. Sem a sua abstenção o governo não teria durado os dois anos que durou.

Por seu lado os comunistas entraram na “era de Brüning” totalmente desarmados politicamente para

entendê-la como a antecâmara do fascismo. As definições da social-democracia como “ala do fascismo”, e da “frente única apenas pela base”, surgidas a partir do V Congresso da Internacional Comunista em 1924, permaneceram mais ou menos sem maiores conseqüências durante alguns anos. No entanto a partir de certo momento deu-se uma grande transformação, motivada não pelo evoluir da situação sócio-econômica na Europa, e sim pelos acontecimentos internos na União Soviética.

Desde dezembro de 1927 o partido comunista soviético havia esmagado completamente a Oposição de Esquerda, formada pela tendência de Trotsky e Preobajenski, e pela de Zinoviev e Kamenev, que haviam caído do poder. Também estava consolidada a linha da “construção do socialismo num só país”, defendida por Bukharin e Stalin. Mas apesar disso havia novas inquietações e divergências. Entre dezembro de 1927 e maio de 1928 o país começou outra vez a sentir as conseqüências de uma queda vertiginosa no fornecimento de trigo às cidades, sinal de boicote dos *koulaks*, fortalecidos durante os anos da NEP. Foram então adotadas medidas de força para confiscar o trigo escondido. Nesse processo as diferenças entre a tendência de Bukharin, que mantinha a posição anterior favorável aos *koulaks*, e a de Stalin, que começava a fazer um giro de 180 graus, aprofundaram-se de maneira considerável. É que o primeiro entendia as medidas de força como excepcionais. Stalin, ao contrário, utilizava-as como ponto de partida para uma nova política baseada na exe-

cução do primeiro plano quinquenal — que previa uma expansão industrial de 130% — e na coletivização das propriedades rurais, transformada em seguida na coletivização forçada.

Esse processo acarretou uma tensão que não deixou de se fazer sentir no decorrer do VI Congresso mundial, em julho de 1928. Aí as divergências entre Bukharin e Stalin também sobre a conjuntura mundial tornaram-se claras. Bukharin então caracterizava a nova fase do capitalismo pós-guerra como um “terceiro período”, não mais de “estabilização relativa” como o “segundo”, mas de aprofundamento dessa estabilização. Stalin opôs-se claramente a essa definição e, adotando o termo “terceiro período”, atribuiu-lhe um sentido totalmente diverso: tratava-se do fim da “estabilização relativa” do capitalismo e do início de um ascenso revolucionário das massas no ocidente. Nesse contexto o congresso retomou também um tema a partir de então obrigatório, o da iminência da guerra dos países capitalistas contra a URSS, insuflada pela social-democracia. A defesa da “pátria do socialismo” tornava-se tarefa primordial. Esse estado latente de guerra iria justificar não só a repressão contra todo comunista opositor, como contra todos os setores da população que não aceitavam doce e subservientemente as novas medidas.

A coletivização forçada, aliada aos projetos de industrialização acelerada que começaram a ser aplicados massiva e brutalmente sobretudo em meados de 1929, provocaram o que Isaac Deutscher definiu como a “segunda revolução russa”, muito mais radi-

cal e de dimensões mais profundas que a primeira (*Stalin — Uma biografia política*). Ela teve impacto imediato sobre a vida de cerca de 160 milhões de pessoas, e acarretou uma verdadeira guerra social entre os camponeses resistentes e o governo soviético. Com essa política a União Soviética entrou também, agora de forma definitiva e duradoura, num regime policial completo, permanentemente à cata de possíveis sabotadores econômicos e divergentes ideológicos, fabricando processos jurídicos montados, verdadeiras farsas destinadas a distrair e aterrorizar as populações. Toda e qualquer oposição interna do partido à direção stalinista foi pulverizada, assim como o foram dezenas de milhares de quadros técnicos cujas pesquisas não chegavam a resultados que confirmassem o otimismo governamental na “construção do socialismo num só país”. As prisões e os campos de concentração na Sibéria e em outras regiões afastadas encheram-se de todo tipo de opositor ao regime. Era o terror generalizado, a delação institucionalizada como tarefa patriótica.

Nessas condições a reunião da IC realizada em julho de 1929 ilustrou perfeitamente a profundidade da transformação vivida pelos dirigentes comunistas. As idéias que Stalin havia oposto a Bukharin desde o fim de 1927 foram confirmadas. Além disso, retomando as definições do V Congresso, a IC inaugurou o conceito de “social-fascismo” para definir a social-democracia. O principal elemento dessas novas teses era a idéia de que, no “terceiro período”, “todos os partidos burgueses, principalmente a social-demo-

cracia, se fascistizam”. O “social-fascismo” tornava-se assim o principal inimigo dos comunistas às vésperas da ascensão de Hitler ao poder.

Dentro desse ponto de vista não havia senão uma pequena diferença de grau entre a “ditadura fascista” de Müller e a de Brüning. Era a tendência geral à “fascistização”. Durante os três últimos anos da república de Weimar os comunistas alimentaram mesmo a idéia de que “quanto pior, melhor”, ou seja, de que era preciso destruir primeiro a social-democracia, tarefa que podia ser desempenhada pelo nazismo, para acabar com as ilusões reformistas do proletariado. Um governo fascista significaria assim uma espécie de antecâmara do socialismo, um terreno simplificador de contradições, que pondo face a face comunistas e nazistas, permitiria a marcha inexorável do proletariado para a vitória final.

A atitude dos comunistas em relação aos nazistas foi portanto contraditória. Eles eram vistos como os fascistas menos perigosos. Eram igualmente “fascistas” os burgueses liberais e republicanos, e os social-democratas, sendo estes últimos mais temíveis porque mais numerosos, porque tinham mais força entre os trabalhadores e eram uma tendência organizada internacionalmente. Os nazistas eram vistos como um partido sem importância, um instrumento que a burguesia usava transitoriamente porque lhe era útil. Além disso os comunistas pensavam ingenuamente poder ganhar a clientela dos nazistas, quando ela se desse conta de que os chefes direitistas não seriam capazes de liberar de fato a Alemanha.

Por isso propuseram nas eleições de setembro de 1930, convocadas por Brüning, um "Programa pela libertação nacional e social do povo", que assumia as mesmas reivindicações do partido nazista contra o tratado de Versalhes e o plano Young.

Ambigüidade em relação aos nazistas e sectarismo para com os social-democratas ficaram patentes ainda mais no episódio do *referendum* sobre a Prússia, em agosto de 1931. Querendo aproveitar-se do crescimento do seu prestígio os nazistas propuseram na Prússia um *referendum* pedindo a dissolução antecipada do legislativo estadual, para derubar o SPD, que governava aquele estado desde 1919. O KPD, depois de um momento de indecisão, seguiu as diretrizes da IC e decidiu participar do *referendum* apoiando os nazistas. O resultado, prova de como a política sectária dos comunistas desagradava aos operários, foi o fracasso do projeto nazista: apenas 37% dos eleitores votaram a favor.

Paralelamente o KPD desenvolveu um triunfalismo exacerbado. Cego ante o perigo que representava o avanço dos nazistas, que passaram de 12 deputados no parlamento em 1928, para 107 em 1930 e 230 em julho de 1932, o KPD rejubilava-se apenas com as perdas da social-democracia (que de 153 passou respectivamente a 143 e a 89 nesses mesmos períodos), e com os seus sucessos: 54 deputados em 1928, 77 em 1930 e 100 em 1932. Durante esses anos o número de militantes do KPD aumentou vertiginosamente. Mas naquela situação de crise esse aumento tinha uma estrutura problemática. É que o

partido comunista vinha sendo procurado sobretudo pelos desempregados: em 1932 os militantes que estavam trabalhando em fábricas correspondiam a 11% do total. Além disso, outra característica é que eram principalmente jovens que procuravam o KPD: nesse mesmo ano a percentagem dos militantes de menos de 40 anos era duas vezes maior do que no conjunto da população. Se comparada com o SPD, a estrutura de militância do KPD era ainda mais surpreendente, já que em 1930 apenas 8% do militantes social-democratas tinham menos de 25 anos, enquanto 55% tinham mais de 40. A ruptura entre os dois partidos teve assim uma ilustração social.

Dessa maneira, comunistas e social-democratas com sua política abriam a cova em que os trabalhadores alemães iriam ser sepultados em 1933. Cada um desses partidos operários reforçou o imobilismo da classe e a sua desmoralização.

O governo dos barões abre caminho a Hitler

No início de 1932 Hindenburg foi reeleito presidente, agora com o apoio da social-democracia, que considerou a sua candidatura como um “mal menor”. Até então a política de Brüning se havia caracterizado por um programa deflacionário e pela tentativa de convencer os aliados a dilatar novamente os

prazos para os pagamentos das reparações. Nos últimos meses, porém, ele tocou dois pontos nevrálgicos: a colonização de algumas terras inaproveitadas e a proibição do grupo paramilitar nazista, as SA, cuja violência, segundo ele, prejudicava a boa aparência da república. Essas duas iniciativas foram-lhe fatais. Perdendo o apoio dos latifundiários e do exército, que via nas formações paramilitares um fator de alargamento do seu peso, Brüning terminou por ser demitido por seu protetor, Hindenburg, em 30 de maio.

Seu sucessor foi o deputado do centro católico, barão von Papen, conhecido por suas posições mais à direita do que as do seu partido. O general von Schleicher, arquiteto da manobra que o levou ao poder, iria ocupar o Ministério do Exército. Profundamente conservador e pretendendo mais um governo forte, von Papen começou por dissolver o parlamento, em julho. Aceitando as pressões dos nazistas, ele também suspendeu a interdição das SA. Em relação ao pagamento das reparações ele chegou a negociar um reescalamento, mas proclamava publicamente que a Alemanha não pagaria nem mais um centavo. Também batalhou para reduzir ainda mais as pensões e ajudas aos desempregados, afirmando que o Estado se havia transformado em organização filantrópica.

Mas o principal ataque que dirigiu contra a democracia de Weimar foi o golpe de Estado contra o governo social-democrata da Prússia, efetivamente um incômodo para a direita. Em 20 de julho Hinden-

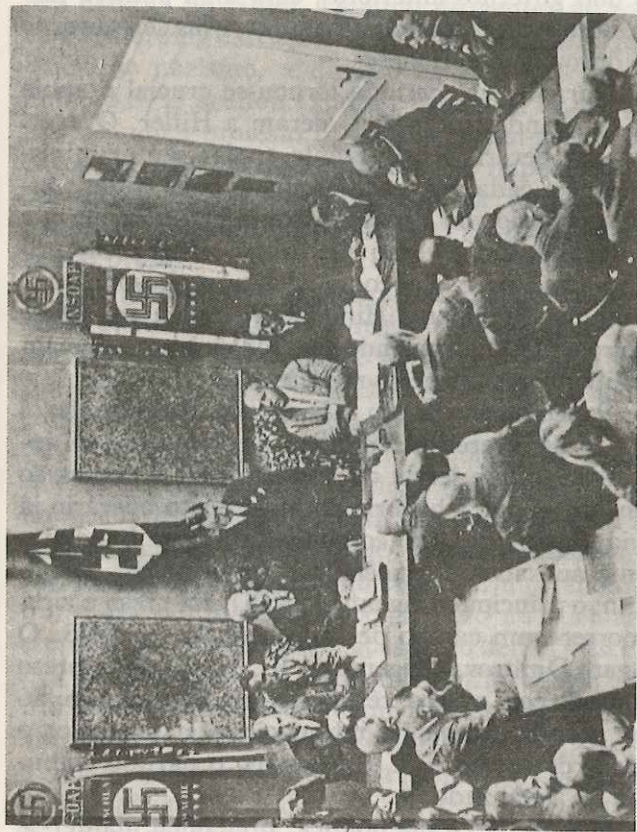
burg, sob o pretexto de que “a ordem estava ameaçada”, demitiu o líder do governo Braun e o encarregado da segurança pública Severing, e nomeou o próprio von Papen como comissário do *Reich* para a Prússia. O impacto dessa medida de força foi terrível e era compreensível esperar que os social-democratas reagissem. Tanto mais que uma resolução da Internacional Socialista de um ano antes previa a possibilidade de autodefesa armada contra a violência fascista. Mas não houve reação. Temendo ainda mais a guerra civil, o SPD preferiu interpretar o golpe apenas como “um arranhão” na Constituição. Esse momento significou para o KPD um relâmpago de consciência do perigo representado por Hitler, e os comunistas propuseram à direção social-democrata um apelo à greve geral para resistir à intervenção. Seguindo a linha do “mal menor”, a social-democracia não aceitou, enquanto os comunistas alemães viram-se rapidamente desautorizados pela direção da IC por ter violado a tática da “frente única só pela base”.

As eleições realizadas em julho de 1932 mantiveram a tendência geral de aumento espetacular dos votos do partido nazista, aumento menos espetacular dos votos dos comunistas e diminuição dos da social-democracia. Mas os resultados não deram uma maioria parlamentar a von Papen, que continuou governando por decretos. A legalização das SA desencadeou, agora com mais força, uma onda de assassinatos e violências que só em um mês na Prússia deixou um saldo de 99 mortos e 1 125 feridos. A crise

econômica chegou ao seu ponto mais agudo com desemprego, baixa da renda nacional e da produção industrial e bancarrotas.

Os nazistas continuaram a pressionar os personagens importantes do governo, visando a um remanejamento do gabinete em que ficassem com alguns ministérios. Ao final do ano essas manobras se haviam acelerado e eles estavam dispostos a negar no parlamento a confiança ao governo. Mas von Papen se adiantou e dissolveu-o, convocando novas eleições para 2 de novembro, três meses apenas depois das últimas. A situação era extremamente tensa e as greves se multiplicavam. Os resultados contrariariam a tendência que se vinha manifestando desde 1930, de ascenso dos nazistas. Enquanto as percentagens de quase todos os outros partidos mantiveram-se, o NSDAP perdeu mais de 2 milhões de votos e 34 deputados. Isso mostra que o destino da Alemanha poderia ter sido outro se a classe operária tivesse iniciativa e se houvesse unidade dos partidos operários.

Mas a rotina da vida política não se modificou a não ser pelo fato de os nazistas terem sido colocados mais claramente em oposição ao governo, que continuava sem base parlamentar. Para sair do impasse von Papen quis convencer Hindenburg a estabelecer um Estado forte. Mas o ministro do Exército, von Schleicher, retirou-lhe apoio para esse plano. Sem o aval do exército, von Papen renunciou em dezembro. Hitler tentou novamente entrar para o governo, mas o escolhido para primeiro-ministro foi o próprio von



Uma das primeiras reuniões do Partido Nacional-socialista.

Schleicher, que já exercia grande influência. O general procurou num primeiro momento mudar o rumo dos dois governos anteriores, com uma política menos desfavorável aos trabalhadores. Mas seu governo não durou nem dois meses.

Durante esse período tornou-se crucial o apoio que os grandes industriais deram a Hitler. O exército, que deveria teoricamente apoiar seu ex-ministro, estava cada vez mais fascinado com Hitler. Assim, o próprio von Papen passou a articular junto a Hindenburg um governo que tivesse Hitler como primeiro-ministro e ele como vice-primeiro-ministro. Relutante, finalmente Hindenburg cedeu em 29 de janeiro de 1933, demitindo von Schleicher e nomeando Hitler como primeiro-ministro.

Pouco menos de um mês depois, na noite de 26 para 27 de fevereiro, o edifício do *Reichstag* foi incendiado, o que serviu de pretexto para a repressão mais brutal que a história do movimento operário já havia conhecido. Os comunistas foram imediatamente acusados do incêndio e perseguidos. Thaelmann, o principal dirigente do KPD, foi preso e viria a morrer num campo de concentração em 1943. O búlgaro Dimitrov, dirigente da IC, foi também preso e acusado com outros três da autoria do incêndio. Só uma grande campanha internacional a seu favor o livraria da prisão. Em 9 de março o partido comunista foi ilegalizado.

O SPD, fiel à sua política, pretendeu manter-se na legalidade, fazendo para isso concessões bastante sórdidas que só serviriam para adiar por quatro me-

ses sua ilegalização. Em março os deputados que não haviam sido presos ou se exilado aprovaram a política externa de Hitler. Quando dirigentes no exílio com Hilferding e Crispian tentaram organizar a resistência ao nazismo, a direção desautorizou-os. Em junho o SPD aceitou expulsar os judeus do partido, provocando o protesto da própria social-democracia europeia. Mas tantas concessões não impediram que em maio o partido e os sindicatos social-democratas fossem ilegalizados, os deputados cassados e os dirigentes presos.

Os comunistas esboçaram também, como no golpe contra a Prússia, a resistência, propondo um apelo de greve geral que a social-democracia recusou. Mas enquanto na massa dos quadros médios comunistas de toda a Europa alastrava-se a percepção do trágico aniquilamento de anos de lutas e conquistas acumuladas, os meios oficiais da IC continuaram divulgando comunicados triunfalistas. Em março um deles afirmava que “a calma atual que se seguiu à vitória do fascismo é apenas um fenômeno transitório. O ascenso revolucionário na Alemanha crescerá inevitavelmente, apesar do terror fascista. (...) A instalação da ditadura fascista aberta, destruindo todas as ilusões democráticas das massas e liberando-as da influência social-democrata, acelera o ritmo do desenvolvimento da Alemanha em direção à revolução proletária”.

Essa situação só se modificou em 1934, sob o impacto de dois acontecimentos: o golpe fascista perpetrado por Dollfuss na Áustria, que encontrou na

resistência espontânea dos operários social-democratas, sem a direção do partido, a contrapartida à passividade do proletariado alemão; e a reação de unidade que o partido socialista e o partido comunista tiveram na França diante do fascismo nascente. Só em julho de 1934, no VII Congresso mundial, a linha sectária foi substituída pela tática de "frente popular": num giro de 180 graus os comunistas começaram a defender frentes não apenas com os social-democratas mas também com os liberais e radicais burgueses.

Mas a batalha da Alemanha já estava perdida, e com ela a guerra no que se refere à luta do movimento operário alemão. De fato, o nazismo conduziu ao extermínio fulminante de todas as organizações operárias ao mesmo tempo desmoralizando a tradicional combatividade da classe. Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, quando em todos os países europeus delineava-se uma resistência popular e ficava patente a possibilidade de derrotar Hitler, não se esboçou na Alemanha qualquer movimento. O proletariado, que havia despertado as esperanças de todas as correntes socialistas, foi sepultado pelos erros de seus partidos e pela fúria sanguinária do nazismo.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

A bibliografia sobre a república de Weimar é vastíssima, sobretudo se levarmos em conta todos os estudos parciais sobre os vários aspectos, períodos e acontecimentos. Além disso, como em todos os terrenos, essas obras tomam mais ou menos partido de uma ou outra interpretação. A melhor história da república de Weimar é provavelmente a escrita por um ex-militante do KPD, que rompeu com o partido em 1927, com a chamada tendência de “ultra-esquerda”, Arthur Rosenberg. Sua *História da República Alemã (Geschichte der deutschen Republik)* — tradução italiana de Firenze, Sansoni, 1972, foi publicada em 1935, e cobre apenas até 1930. Nela o autor, já em divergência com sua tendência, põe em uso toda sua experiência militante e sua capacidade de historiador para apresentar uma visão lúcida e sem simplificações das forças políticas e sociais que estiveram em cena. Em termos de erudição e quan-

tidade de informações o livro mais usado é geralmente o de Erich Eyck, *História da república de Weimar* (*Geschichte der Weimarer Republik*. Zurich, 1962, 2 tomos), mas sua perspectiva é claramente anticomunista. Além disso dispomos do conhecido livro do francês Gilbert Badia, *Histoire de l'Allemagne Contemporaine (1917-1933)*, (1º tomo, Paris, Editions Sociales, 1975), que é extremamente útil e interessante, com exceção de todos os episódios que envolvem o partido comunista. Nestes casos o autor reproduz em geral a versão oficial do comunismo, o que simplifica e às vezes deturpa a visão de conjunto. Interessante e viva é a obra de Evelyn Anderson, *Martelo ou bigorna — A história do movimento operário alemão* (*Hammer oder Amboss. Zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*. Edição inglesa de Londres, 1945). Para entender o jogo diplomático e geopolítico entre a URSS e a Alemanha veja-se o livro de Lionel Kochan, *Russia and the Weimar Republic*, Cambridge, 1954).

Em relação ao comunismo alemão o texto mais famoso é o de Ossip K. Flechtheim, *O KPD na República de Weimar* (*Die KPD in der Weimarer Republik*, edição francesa da Maspero, 1972). Publicado pela primeira vez em 1948 e republicado na Alemanha em 1969, com um prefácio muito interessante de Hermann Weber, o livro não perde o seu impacto por ter sido escrito antes de que muitos fatos históricos fossem esclarecidos. Expressando uma dura crítica ao KPD e à Internacional Comunista, a sua leitura deve no entanto ser complementada com ou-

tros elementos. Pode-se recorrer também ao livro de Enzo Collotti, *Il partito comunista tedesco dall 1918 al 1933* (Milano, 1961). A história do comunismo alemão de 1917 a 1923 é magistralmente narrada por Pierre Broué em *Révolution en Allemagne* (Paris, De Minuit, 1971). O autor, militante de uma das correntes trotskistas, aborda em detalhes as relações das várias tendências do comunismo alemão e suas relações com os bolcheviques. Embora assumindo uma visão leninista mais ou menos ortodoxa, a profusão de dados e análises expostos permite ao leitor detectar as diferenças de peso que separavam a Liga Spartacus dos bolcheviques e a importância de Paul Levi. O mesmo período é coberto pelo estudioso Werner T. Angress em *Stillborn Revolution — The Communist Bid for Power in Germany* (Princeton, 1963). As diversas histórias da Internacional Comunista atribuem também um espaço muito importante ao comunismo alemão. Entre elas a mais significativa e rica em análises é a de Fernando Claudín, *La crisis del movimiento comunista — De la Komintern al Kominform* (Paris, Ruedo Iberico, 1970). No Brasil foi publicado um livro cobrindo várias etapas da história do movimento operário europeu: Wolfgang Abendroth, *A História Social do movimento trabalhista europeu* (Rio, Paz e Terra, 1977). Nele, dois capítulos (5 e 6) trazem referências à história conturbada da república de Weimar.

Um interessante artigo de Avid Aviv aborda comparativamente, em termos sociológicos, as estruturas do Partido Comunista e do Partido Social-

democrata Alemão nesse período: *The SPD and the KPD at the end of the Weimar Republic: Similarity within contrast* (in *Internationale Wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, n.º 14, 1978). A social-democracia e suas origens são interessantemente estudadas no livro de Carl E. Schorske, *German Social Democracy (1905-1917)* (Harvard University, 1955). Outros textos que tratam da história desse partido como, por exemplo, o de Giuliano Procacci, *Studi sulla II Internazionale e sulla Social-democrazia tedesca*, (Analli Feltrinelli, 1958).

Sobre o partido nacional-socialista existe o estudo clássico de William T. Shirer, *O Terceiro Reich — Das origens à queda*, traduzido pela Civilização Brasileira em 1966. Quanto ao significado histórico do fascismo, foi abordado por vários militantes tendo em vista a situação alemã. Além de Angelo Tasca, August Thalheimer, Ignazio Silone, Andrés Nin, Otto Bauer e Antonio Gramsci (este referindo-se ao caso italiano) um estudo publicado em 1936 por Daniel Guérin (*Fascisme et Grand Capital*, Paris, Maspero, 1970) tornou-se um livro obrigatório para quem queira estudar o fenômeno sob esse aspecto. Guérin esclarece na introdução que os escritos de Trotsky sobre a Alemanha constituíram para ele um guia. De fato, em polêmica com a direção da Internacional Comunista, Trotsky aí apontava o significado do avanço do partido nazista e a calamidade que constituía a política do KPD de tratar a social-democracia como “social-fascismo”, obstaculizando

a frente única. Esses escritos, que constituem a análise mais viva da dinâmica que tomou conta da república de Weimar em seus últimos anos, foram publicados no Brasil em 1933, com uma introdução de Mário Pedrosa, sob o título *Revolução e Contra-revolução*, e reeditados pela Laemmert em 1968.

Finalmente é interessante citar uma obra polêmica mas comovente, a autobiografia de Jan Valtin, traduzida do inglês, no Brasil, sob o título de *Do fundo da noite — Memórias de um famoso espião e agitador alemão* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1947). A história revolucionária da Alemanha é o pano de fundo da vida desse antigo militante comunista.



Sobre a Autora

Ângela Mendes de Almeida nasceu em São Paulo, em 17.12. 1938; é formada em Ciências Sociais pela USP e doutorada em Ciências Políticas pela Universidade de Paris VIII — Saint-Dennis, com uma tese sobre a história da Internacional Comunista. Exerceu a função de professora universitária em várias faculdades de Lisboa e Porto durante os anos de 1976-79. Atualmente leciona na Faculdade de Educação da Unicamp. É autora de *Revolução e Guerra Civil na Espanha*, desta Coleção.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".





Quando a Primeira Guerra acabou, a Alemanha estava arrasada. Seu povo, humilhado, tinha que se submeter a condições absurdas de rendição impostas pelas potências vencedoras. Em 1919, instalou-se um novo governo: a República de Weimar. Mas era uma democracia num país sem as mínimas tradições democráticas, um governo fustigado pela primeira hiperinflação da História e que, em 1929, iria enfrentar a Grande Depressão. Não podia durar muito. Em 1933, seria a vez dos nazistas...